



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO SEMIÁRIDO
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO DO CAMPO
CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS SOCIAIS

TEREZA RAQUEL GOMES BATISTA

**A PESQUISA E O ENSINO NOS LIVROS DIDÁTICOS DE
SOCIOLOGIA**

**SUMÉ – PB
2014**

TEREZA RAQUEL GOMES BATISTA

**A PESQUISA E O ENSINO NOS LIVROS DIDÁTICOS DE
SOCIOLOGIA**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em Ciências Sociais.

Orientadora: Profa Dr^a. Vilma Soares de Lima Barbosa
Co-orientador: Ivan Fontes Barbosa

**SUMÉ – PB
2014**

B333p

Batista, Tereza Raquel Gomes.

A pesquisa e o ensino nos livros didáticos de sociologia. / Tereza Raquel Gomes Batista. – Sumé – PB: [s.n], 2014.

93 f.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Vilma Soares de Lima Barbosa.

Monografia (Graduação) – Universidade Federal de Campina Grande. Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido. Curso de Licenciatura em Ciências Sociais.

1. Ensino de sociologia. 2. Sociologia – livros didáticos. 3. Pesquisa. I. Título.

CDU: 316:37(043.3)

TEREZA RAQUEL GOMES BATISTA

**A PESQUISA E O ENSINO NOS LIVROS DIDÁTICOS DE
SOCIOLOGIA**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em Ciências Sociais.

Aprovado em Sumé, ____ de abril de 2014.

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dr. Vilma Soares de Lima Barbosa
UAEDUC/CDSA/UFCG
(Orientadora)

Prof^º Dr. Rozenval de Almeida e Souza
UAEDUC/CDSA/UFCG
(Examinador)

Prof^º Dr. Ivan Fontes Barbosa
UFCG
(Examinador Externo)

À minha família, especialmente aos meus pais, Antonio Batista e Josefa Gomes, meu irmão José Rafael e minha tia Maria de Fátima pelo apoio, e por serem essenciais na minha vida pessoal. A Professora Vilma Soares e o Professor Ivan Barbosa pela paciência e eficiência na orientação desta Monografia. A todos os professores do Curso, que foram tão importantes na minha vida acadêmica, especialmente ao Professor Rozerval Almeida e Souza, por seus ensinamentos e confiança ao longo do Curso. A todos eles dedico este trabalho.

AGRADECIMENTOS

Agradecer é mostrar gratidão a alguém, recordar as atitudes gratificantes. Assim, expresso aqui meu sincero agradecimento pela confiança, motivação, apoio financeiro, contribuição intelectual e afetiva.

Á Deus meu Senhor, meu refúgio, minha fortaleza de infinita bondade, em quem tanto confio.

Á minha Orientadora Vilma Soares de Lima Barbosa e ao meu co-orientador Ivan Fontes Barbosa, que merecem uma ênfase especial pelo acolhimento, por suas competências, e pelo privilégio de ser orientada por eles, no qual sou imensamente grata.

Ao Professor Doutor Rozenval de Almeida e Souza, no qual sou eternamente grata pela sua confiança que marcou todo meu itinerário acadêmico, pelo seu trabalho brilhante como mestre, é um privilégio ter sido aluna de um intelectual de seu porte.

Á coordenação do curso de Licenciatura em Ciências Sociais e aos meus professores que, através de suas competências, e dedicação a docência aumentam minha “paixão” pelas Ciências Sociais, agradeço pela importância que eles tiveram na minha vida acadêmica.

Ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação a Docência (PIBID), pela Bolsa que auxiliou na minha permanência neste curso e, sobretudo, pelos grandes aprendizados sobre a carreira de professor e sobre o meu futuro ambiente de trabalho, a Escola.

Aos funcionários da biblioteca que, exerceram eficiência em seu trabalho, sempre demonstrando aos alunos, alegria e dedicação, com destaque a funcionária Suely Bernado, Heloisa e Jonny.

A todos os funcionários da Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido, por está contribuindo para o desenvolvimento deste campus.

Aos meus pais Antonio Batista do Nascimento e Josefa Gomes Pereira Batista que sempre me ensinaram a virtude e os princípios, sempre demonstrando que o importante é viver com honestidade. Agradeço por todos os momentos de felicidade que eles me proporcionam, pelo cuidado, amor, compreensão, sabedoria, solidariedade, dedicação, alegria, e acima de tudo, pela confiança que eles tiveram em mim.

Á minha tia Maria de Fátima Batista que sempre me incentivou a sonhar e buscar atingir meus objetivos que, sempre esteve presente na minha vida, me ajudando nos exercícios

da Escola, da Igreja, e da vida, e agradeço acima de tudo pela motivação na minha futura profissão.

Á meu irmão José Rafael Batista Gomes que sempre me demonstrou muito carinho, cuidado, proteção e amizade, principalmente através de suas lágrimas derramadas no dia da minha saída de casa em Piancó e ingresso na Universidade Federal de Campina Grande, no campus de Sumé.

Á Joana Alcina de Jesus por sempre ter me ajudado com apoio financeiro nos meus estudos e, sobretudo por ser minha segunda mãe, sempre me demonstrando muito afeto.

As minhas tias Socorro Evangelista e Terezinha Evangelistas por sempre está colocando meu nome em suas orações.

Aos meus amigos, pelos momentos de alegria, solidariedade, aprendizagem, companheirismo, e por ter me ensinado que a amizade é um sentimento que o tempo não apaga, com destaque para Janiele Guedes e Maria Auzuíte.

A todos que, colaboraram para a realização deste trabalho.

“Caem as folhas de repente, brotam outras pelos ramos, murcham flores, surgem pomos e a planta volta à semente.

Assim somos. Sutilmente, diferimos do que fomos.

Impossível transmitir, por secreto e singular, o acrescentar e perder desse crescer que é mudar”.

Helena Kolody.

RESUMO

O estudo sobre os métodos e técnicas de pesquisa nos manuais didáticos, é de grande relevância, já que a pesquisa pode colaborar para a ruptura das limitações que dificulta os estudantes a desenvolverem seu pensamento crítico. Diante desse quadro, esta monografia ora apresentada, buscou identificar se há nos livros didáticos de Sociologia uma discussão sobre os métodos e técnicas de Pesquisa em Ciências Sociais, isto é, se os livros apresentam uma preponderância para um Ensino da Sociologia Científica. A coleta de dados desta pesquisa ocorreu em quatro livros: Sociologia para o Ensino Médio de Nelson Dacio Tomazi(2007); Tempos Modernos, Tempos de Sociologia de Helena Bomeny e Bianca Freire-Medeiros,(2010); Sociologia para o Ensino Médio de José Rodorval Ramalho(2012); Sociologia para o Ensino Médio: Introdução à uma Ciência da Sociedade de Maria Cristina Castilho Costa(2005). O presente estudo é uma pesquisa descritiva com abordagem qualitativa, através da técnica pesquisa documental e a utilização do método análise de conteúdo. O aporte teórico deste estudo ancora-se nas análises de Freitag et al, sobre a política pública de livro didático, nas pesquisas realizadas por Meucci e Sarandy sobre os manuais de Sociologia e no conceito de Basil Bernstein (1996) sobre Contextualização e Recontextualização, sendo que esta teoria foi fundamental para que pudéssemos entender como a Sociologia tem sido Recontextualizada nos livros. A partir da análise dos dados podemos inferir que os manuais que foram aprovados no Programa Nacional do Livro Didático PNLD(2012), ou seja, as obras de Tomazi e Bomeny e Bianca não apresentam nenhum capítulo sobre os métodos e técnicas de Pesquisa em Ciências Sociais e o manual de Ramalho(2012) mostra um capítulo sobre as teorias e métodos do nosso campo científico, contudo o autor não aprofunda esta temática, uma vez que os capítulos deste livro são pequenos. No entanto, a obra de Cristina Costa avança em relação aos demais manuais analisados nesta monografia, pois é o único livro que apresenta uma preponderância para o Ensino de uma Sociologia Científica, e mostra um destaque para os métodos e técnicas de pesquisa.

Palavras-chave: Ensino de Sociologia. Livro Didático. Pesquisa.

ABSTRACT

The study about methods and techniques of a research from didactic manuals has a great relevance, since the research can collaborate to the rupture of the limitations that hamper the students' critical thinking development. Facing this situation, this monograph presented, it sought identify if there is in the Sociology didactic books, a discussion about the methods and techniques of Social Science Research, in other words, if the books present a preponderance to a Scientific Sociology Teach. The data collect from this research happened in four books: Sociology to the High School by Nelson Dacio Tomazi (2007); Modern Times, Sociology Times by Helena Bomeny e Bianca Freire-Medeiros, (2010); Sociology to the High School by José Rodorval Ramalho (2012), Sociology to the High School: Introduction to a Society Science by Maria Cristina Castilho Costa (2005). The present study is a descriptive research with a qualitative broaching, trough of documental research technique and utilization of the content analyze method. The theoretical contribution from this study anchored in Freitag et al analyses about the public politics of didactic book, at the research held by Meucci and Sarandy about sociology guides and on Basil Bernstein concept (1996) about contextualization and recontextualization, being this theory central to understand how Sociology has been recontextualized in the book. From the data analysis it can be inferred that guides approved at Didactic Book National Program PNLN (2012), in other words, the works from Tomazi and Bomeny and Bianca do not present any chapter about Research methods and techniques on Social Sciences and Ramalho's guide (2012) shows a chapter about theories and methods from our scientific field, nevertheless the author does not deepen this theme, once the chapters from this book are small. However, the work from Cristina Costa advances comparing with the others analyzed guides from this monograph, because it is the only book which presents preponderance to a Scientific Sociology teaching, and shows a spotlight for the research methods and techniques.

Key words: Sociology Teaching. Didactic Book. Research

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 Ciclo das Políticas Públicas.

Figura 2 As agências nos Campos.

Figura 3 As agências do Estado nos Campos.

LISTA DE TABELAS

- Tabela 1** Índice de Sociologia para o Ensino Médio organizado por Nelson Dacio Tomazi.
- Tabela 2** Índice de Tempos Modernos, Tempos de Sociologia organizado por Helena Bomeny e Bianca Freire Medeiros.
- Tabela 3** Livros que mostram a Sociologia como elevação da Cidadania.
- Tabela 4** Índice de Sociologia para o Ensino Médio organizado por José Rodorval Ramalho.
- Tabela 5** Unidades e Capítulos do Livro de Cristina Costa que discute a Sociologia Científica.

LISTA DE SIGLAS

COLTED	Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático
CNLD	Comissão Nacional do Livro Didático
ECT	Empresa Brasileira de Correio e Telegáfos
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
FAE	Fundação de Assistência ao Estudante
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FENAME	Fundação Nacional de Material Escolar
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
INL	Instituto Nacional do Livro
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
MEC	Ministério Da Educação do Brasil
OCNs	Orientações Curriculares Nacionais
ONU	Organizações das Nações Unidas
PCNs	Parâmetros Curriculares Nacionais
PIB	Produto Interno Bruto
PLID	Programa do Livro Didático
PLIDEF	Programa do Livro Didático-Ensino Fundamental
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNLD	Programa Nacional do Livro Didático
PNLEM	Programa Nacional do Livro de Ensino Médio
POF	Pesquisa de Orçamento Familiar
SEF	Secretaria de Ensino Fundamental
SNEL	Sindicato Nacional de Editores de Livros
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UNESP	Universidade do Estado de São Paulo
USP	Universidade de São Carlos
USAID	Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional

SUMÁRIO

1.INTRODUÇÃO.....	13
2.AS POLÍTICAS PÚBLICAS DOS LIVROS DIDÁTICOS:ELEMENTOS PARA UMA CONTEXTUALIZAÇÃO E RECONTEXTUALIZAÇÃO...16	
2.1DEFINIÇÕES DE POLÍTICAS PÚBLICAS.....	16
2.2POLÍTICAS PÚBLICAS DO LIVRO DIDÁTICO NO BRASIL.....	19
2.3 A POLÍTICA DO LIVRO DIDÁTICO.....	26
2.4 A ECONOMIA DO LIVRO DIDÁTICO.....	28
2.5 O CONTEÚDO E O USO DO LIVRO DIDÁTICO.....	29
2.6 A CONTEXTUALIZAÇÃO E RECONTEXTUALIZAÇÃO DO LIVRO DIDÁTICO	31
3.OS LIVROS DIDÁTICOS DE SOCIOLOGIA QUE FORAM APROVADOS NO PNLD 2012.....	35
3.1 SOCIOLOGIA PARA O ENSINO MÉDIO.....	35
3.2 TEMPOS MODERNOS TEMPOS DE SOCIOLOGIA.....	50
4.LIVROS DIDÁTICOS DE SOCIOLOGIA QUE NÃO PARTICIPARAM DO PNLD 2012.....	66
4.1 SOCIOLOGIA PARA O ENSINO MÉDIO.....	66
4.2 SOCIOLOGIA INTRODUÇÃO À CIÊNCIA DA SOCIEDADE.....	74
5.CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	85
REFERÊNCIAS.....	88

1 INTRODUÇÃO

De acordo com Silva (2010) não existe um currículo mínimo que defina o que é ensinar Sociologia. No entanto, a pesquisa é de grande relevância para a descoberta de novos conhecimentos, como também, indispensável para uma aprendizagem significativa. Conforme Lyotard (1988, p. 46), a pesquisa também coloca os estudantes “a par do que ele não sabe, mas busca saber.” Assim, Demo (2009, p.39) ressalta que a pesquisa deve estar presente na vida dos alunos, pois pesquisar é dialogar, é “produzir conhecimento do outro para si, e de si para o outro, dentro do contexto comunicativo.”

De tal maneira, é importante que os livros didáticos de Sociologia do Ensino Médio discutam sobre Noções de Pesquisa em Ciências Sociais, e tratem do Ensino de uma Sociologia Científica, já que isto é imprescindível para desenvolver a capacidade crítica dos educandos. Neste sentido, a utilização da Pesquisa no Ensino Médio, é essencial para que os estudantes quando ingressarem em uma Universidade sejam sujeitos ativos e não meros reprodutores do conhecimento, mas que tenham uma consciência crítica.

De acordo com Meucci (2000), os livros didáticos são fundamentais para a Institucionalização das disciplinas. Sarandy (2004, p.21), afirma que é importante tratarmos sobre o conceito de livro, que se refere aos manuais “impressos utilizados pela escola, no âmbito do ensino de uma disciplina, geralmente organizado segundo um programa de estudos estabelecidos em currículo – oficial ou não –, normalmente adquiridos no início do período letivo e utilizados por alunos” e docentes à medida que prossegue o ano escolar. A definição de didático faz referência a Escola, ao Ensino, de modo que, o livro didático significa um livro escolar que executa um resumo do que é essencial e atual em uma determinada área, e é fundamental para a formação em uma dada disciplina (Sarandy,2004).

Sarandy (2004) afirma, ainda, que os manuais apresentam inúmeros valores, são mediadores não apenas entre educandos e conhecimento e práticas institucionalizadas, mas também entre aluno e professor, sendo essencial para a formação dos docentes e discentes. Constituindo-se como o principal instrumento de escolarização e letramento da sociedade brasileira, bem como, uma referência para um significativo número de educadores.

Meucci (2000) sublinha que, os manuais devem ser analisados não com o interesse puramente pedagógico, mas como produtos da prática científica institucionalizada. Assim,

estes não podem ser desprezados nesta monografia que, tem o objetivo geral, de identificar se existe uma discussão sobre Pesquisa em Ciências Sociais nos livros didáticos de Sociologia, assim, como investigar se os livros apresentam uma preponderância para uma Sociologia Científica.

A partir desses aspectos e da vivência como graduanda do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais e bolsista do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), observo que a Pesquisa no Ensino Médio aprimora o processo ensino-aprendizagem, ou seja, percebo que os livros didáticos de Sociologia devem ilustrar noções de Pesquisa, e o Ensino da Sociologia Científica. Daí surgiu o interesse de investigar essa temática nos livros didáticos de Sociologia, que se tornou mais aguçado ao perceber que não havia essa discussão nos estudos realizados sobre os manuais.

A vista disso, abordaremos, no primeiro capítulo, uma discussão sobre as definições de políticas públicas, já que a escolha dos livros nas Escolas se trata de uma política pública, também argumentamos sobre a política pública do livro no Brasil, a fim de refletirmos como o Governo Brasileiro a partir do período de 1930 a 2012 vem abordando esta política. Em seguida, o debate é sobre a economia do livro, e ainda o conteúdo e o uso dos manuais, e para finalizar este capítulo discutimos sobre a contextualização e a recontextualização nos livros didáticos à luz da teoria de Bernstein. Seguindo o pensamento deste pensador, existe a Ciência original em que é captada por outros órgãos, sendo reelaborada e recontextualizada, daí é importante percebermos como a Sociologia enquanto Ciência é reelaborada pelo Estado e pelos livros didáticos.

O segundo capítulo refere-se à análise dos livros didáticos de Sociologia aprovados no PNLD 2012, que são: Sociologia para o Ensino Médio, de Nelson Dacio Tomazi, e Tempos Modernos, Tempos de Sociologia, de Helena Bomeny e Bianca Freire-Medeiros. A escolha dessas obras ocorreu em virtude da necessidade de avaliarmos como a Sociologia vem sendo discutida nos Livros aprovados pelo programa. Assim, buscamos identificar se estas obras contemplam ou não, a diversidade e a pluralidade das teorias e métodos do nosso campo científico, bem como, observar como a Sociologia abordada nestes dois livros vem sendo recontextualizada, tendo como fundamento a teoria de Bernstein.

No terceiro capítulo apresentaremos dois livros didáticos de Sociologia que não foram inclusos no processo do PNLD 2012: Sociologia para o Ensino Médio, de José Rodorval Ramalho e “Sociologia para o Ensino Médio: Introdução à uma Ciência da Sociedade”, de

Cristina Costa. O intuito é analisar se estas obras debatem ou não, sobre noções de pesquisa, ou seja, qual sociologia predomina nessas propostas.

Por fim, concluímos com as considerações finais, apontando que, a Sociologia tem sido recontextualizada nos livros didáticos. Segundo Bernstein (1996), no Campo Pedagógico da Contextualização e da Recontextualização os conteúdos são condensados, resumidos, e outros são excluídos, como a maioria dos livros analisados nesta monografia, que excluíram o conteúdo dos tipos de Pesquisa em Ciências Sociais e não apresentaram uma preponderância para o Ensino da Sociologia Científica. Assim, no campo recontextualizador estão inclusos os agentes e as agências que são atrelados ao Estado, as Escolas, como também as autoridades educacionais, sendo que o sistema educacional e principalmente o Estado recontextualiza as teorias, os conteúdos que os educandos irão estudar e como exemplo, trazemos a seleção dos livros nas Escolas, no qual o Estado e o sistema educacional através do PNLD escolhe os livros, e os conteúdos que os alunos deverão estudar.

2 AS POLÍTICAS PÚBLICAS DOS LIVROS DIDÁTICOS: ELEMENTOS PARA UMA CONTEXTUALIZAÇÃO E RECONTEXTUALIZAÇÃO.

Nesta monografia serão analisados alguns livros didáticos de Sociologia. Considerando que a adoção de livro nas escolas, trata-se de uma política pública, é importante discutirmos, do que se trata este conceito, também é necessário abordamos a política pública do livro no Brasil, para refletirmos como o governo brasileiro vem tratando esta política. Nesse sentido, a seleção dos livro didático nem sempre tem sido realizada por especialistas ou por professores. Além disso, essa escolha pode estar conectada a vários interesses que tendem a afastar a Sociologia da sua origem científica, daí é importante compreendermos como a Sociologia tem sido recontextualizada nos livros didaticos, à luz de Basil Bernstein.

2.1 DEFINIÇÕES DE POLÍTICAS PÚBLICAS

A área da política pública teve quatro pais fundadores: H. Laswell, H. Simon, C. Lindlom e D. Easton. Laswell que introduz a expressão *policy analysis*, a qual significa análise de política pública. Simon origina o conceito de *policy makers* que diz respeito à racionalidade limitada dos decisores públicos, esta racionalidade é limitada, pois os decisores públicos tem informações incompletas, e auto-interesse. (SOUZA, 2007)

Lindlom questionou a ênfase no racionalismo de Laswell e Simon e sugere que as políticas públicas incluam outras variáveis em seu estudo, por exemplo, as relações de poder, a integração entre as distintas fases do processo decisório, a função das eleições, das burocracias. Easton apresenta sua contribuição ao defender que a política pública recebe “inputs” dos partidos, da mídia, e isto influenciam em seus resultados e efeitos. (SOUZA, 2007)

Não existe uma definição específica, do que seja políticas públicas. Mead (1995) a define como a área dentro da análise da política, na qual avalia o governo à luz das questões públicas. Lynn (1980) discute que se refere ao conjunto de atividades do governo que ocasionarão resultados específicos. Peters (1986) segue o mesmo pensamento, observa a política pública como a soma das ações dos governos que atuam diretamente ou por delegações e influenciam na vida dos indivíduos. Dye (1984) ressalta que política pública significa as ações que o governo escolhe ou não executar. (SOUZA, 2007)

O conceito mais conhecido é o Laswell, no qual afirma que política pública resulta em refletir sobre as seguintes questões: “quem ganha o quê, por quê e que diferença faz.” E a definição clássica de política pública é de Lowi apud Rezende (2004,p.13) que significa “uma regra formulada por alguma autoridade governamental que expressa uma intenção de influenciar, alterar, regular, o comportamento individual ou coletivo através do uso das sanções positivas ou negativas.” Segundo Souza (2007) política pública consiste no governo em ação, e quando necessário sugere transformações no curso dessa ação. A formulação de políticas públicas ocorrem quando os governos democráticos tornam seus projetos eleitorais em ações, programas que ocasionarão resultados para a sociedade.

Lowi(1964) desenvolveu a tipologia da política pública, no qual explica que, cada tipo de política pública pode se deparar com diversas formas de apoio, ou de rejeição, e que disputas a cerca de sua decisão passaram por diferentes arenas. Assim, a política pública pode ter quatro formatos. O primeiro se refere às políticas distributivas, que consiste nas decisões em que o governo desconsidera as questões dos recursos limitados, e que origina impactos mais individuais do que universais. O segundo diz respeito as políticas regulatórias, que são mais palpáveis ao público e envolve burocracia, grupos de interesse e políticos. O terceiro faz referência as políticas redistributivas, no qual atinge um maior número de indivíduos, inflige perdas concretas, a curtos prazos para alguns grupos sociais e ganhos incertos e futuros para outros, por exemplo, políticas sociais universais, sistema previdenciário, sistema tributário.

O quarto consiste nas políticas constitutivas que trabalha com procedimentos, como exemplo, Secchi (2010, p.8) cita “uma lei que obrigue os partidos políticos a escolher seus candidatos em processos internos de seleção e posteriormente apresentar listas fechadas aos eleitores.” Souza (2007, p.74) ressalta que essa “tipologia observa a política pública como um ciclo deliberativo, formado por vários estágios e constituindo um processo dinâmico e de aprendizado”. Secchi (2010) discute sobre o ciclo da política pública, que passa por sete estágios: a) identificação do problema b) definição de agenda; c) identificação de alternativas; d) Tomada de decisão; e) implementação; f) avaliação g) extinção. Observamos então a figura I.

Figura 1: Ciclo das Políticas Públicas.



Fonte: Elaboração da Autora.

Sobre a identificação do problema, Sjoblom (1984) apud Secchi (2010), afirma que o problema público, é um conceito subjetivo, o problema passa a existir a partir do momento que afeta vários cidadãos, a delimitação do problema inclui a definição de seus elementos, no momento da deliberação do problema são originados os norteadores para as definições do conjunto de causas, soluções, obstáculos.

A respeito da agenda, Sjoblom (1984) apud Secchi (2010), explica que esta consiste, em um conjunto de temas que são visualizados como relevantes. Os governos definem a agenda a partir de três questões. Primeiramente a agenda é definida a partir do problema, isto é, os problemas são inclusos na agenda quando é assumido a necessidade de fazer algo para resolvê-lo. Segundo Souza (2007), a agenda é definida através da ênfase na política, ou seja, essa escolha ocorreria através da construção coletiva de se enfrentar um determinado problema, e isso se dá pela passagem do processo eleitoral. Terceiro, a agenda é determinada pelos participantes visíveis que são os políticos, mídia, grupos de pressão e partidos.

O terceiro ciclo da política pública mostra que as alternativas são identificadas pelos acadêmicos e pela burocracia. De acordo com Secchi (2010), a formulação de alternativas, elucida que a partir da identificação do problema na agenda, os empenhos de formação e combinação de soluções são de extrema relevância. Desta maneira, conforme Secchi (2010, p.

37) a “formulação de alternativas de solução se desenvolve por meio de escrutínios formais ou informais das consequências do problema, e dos potenciais custos e benefícios de cada alternativa disponível.”

Secchi (2010, p. 40) menciona que, o quarto ciclo da política pública, nomeado de: Tomada de decisão, é o momento em que, os interesses dos indivíduos “são equacionados e as intenções (objetivos e métodos) de enfrentamento de um problema público são explicitados”. O quinto diz respeito a implementação da política pública, esta fase faz referência as regras, rotinas, bem como, os processos sociais que deixam de ser intenções e se tornam ações. O sexto ciclo, a avaliação, é quando ocorre a implementação, e o desempenho da política pública são avaliados com o objetivo de aprofundar o conhecimento do estado da política, como também do nível de redução do problema que a suscitou.

O sétimo ciclo, a extinção da política pública, mostra que seu ciclo pode acabar, pode continuar a “viver,” ou podem ser substituída por outra. Conforme Giuliani apud Secchi (2010), as causas da extinção da política pública se resume a três questões: a) quando o problema que ocasionou a política é resolvido, b) os programas, as leis que ativavam as política públicas são ineficazes, c) o problema, apesar de ser resolvido foi perdendo gradativamente seu valor e saiu das agendas políticas.

2.2 AS POLÍTICAS PÚBLICAS DO LIVRO DIDÁTICO NO BRASIL

No que diz respeito as políticas públicas do livro didático, o período de 1930 no Brasil foi caracterizado pelo desenvolvimento de uma política educacional consciente, progressista, com aspirações democráticas e embasamento científico. Guy de Holanda (1957) afirma, que o livro didático é consequência direta da Revolução de 1930. Freitag (1985) sublinha que, no período de 1937 o Estado novo realizou as primeiras tentativas de garantir a divulgação e distribuição de obras de interesse educacional e cultural, nesta época foi fundado o Instituto Nacional do Livro (INL) na qual era um órgão submisso ao Ministério Da Educação do Brasil (MEC). Este órgão estruturou-se em diversos órgãos operacionais, entre eles a Coordenação do Livro Didático que era responsável pelo planejamento das atividades relacionadas com o livro didático e pela determinação de convênios com órgãos e instituições que garantissem a produção e distribuição dos manuais. (FREITAG; MOTTA; COSTA, 1989)

Freitag et al, (1989, p.12) salientam que o livro didático é definido pela primeira vez no Decreto-lei 1.006 de 30/12/1938, segundo seu “Art. 2º&1º- compêndios são livros que

exponham total ou parcialmente a matéria das disciplinas constantes dos programas escolares; 2º livros de leitura de classe são livros usados para leitura dos alunos em sala.” Os livros também são nomeados de livros de texto, manual, livro escolar, compêndio escolar, etc.

Por meio deste decreto foi instituído uma Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD) que era formada por sete componentes, depois em 29/03/1939 este número aumentou para doze membros. Esta Comissão tinha a função de analisar e julgar os livros didáticos, sugerir abertura de concurso para construção de livros, assim, Bomény apud Freitag, et al, (1989) afirma que, esta Comissão tinha uma preponderância para realizar mais um controle político-ideológico do que propriamente uma função didática.

Com o término da gestão de Capanema em 1945 alguns indivíduos criticaram a legitimidade da CNLD. Assim, foi discutido que, a falta de êxito da CNLD era devido à ineficiência deste processo que, acabou em impasses decorrentes da centralização do poder; do risco da censura; das acusações de especulações comerciais e de manipulação política a respeito do livro didático. (MANTOVANI, 2009)

Contudo, segundo Freitag, et al, (1989, p.13) o Decreto 8.460/45 consolidou a legislação 1.006/38 definindo a esta Comissão três objetivos: “deliberações relativas ao processo de autorização para adoção e uso do livro didático; deliberações relativas ao problema de atualização e substituição dos mesmos; deliberações que apresentam algumas precauções em relação à especulação comercial.”

Na década de sessenta, período do Regime Militar, são assinados diversos acordos entre o governo Brasileiro e o governo Americano, um desses acordos seria a criação da Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático (COLTED). Este acordo entre o MEC e o Ministério da Educação/Sindicato Nacional de Editores de Livros e a Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional, (SNEL/USAID) tinha a finalidade de oferecer para os estudantes brasileiros 51 milhões de livros no período de três anos.

A instituição desta Comissão transformou a orientação da política do livro didático no Brasil em vários sentidos, uma vez que a COLTED sugeria um programa de desenvolvimento que abrangeria a construção de bibliotecas, um curso de treinamento de instrutores e professores em diversas etapas consecutivas, desde o nível dos municípios e escolas até o nível federal da União.

No entanto, de acordo com Freitag, et al, (1989, p.15) muitos críticos da educação brasileira criticaram este acordo, pois “ao MEC e ao SNEL caberiam apenas responsabilidades de execução, mas aos órgãos técnicos da USAID todo o controle, desde os detalhes técnicos de fabricação do livro até os detalhes de maior importância,” como a elaboração da editoração, ilustração distribuição dos livros. Com isso, conforme o decreto 68.728 de 08/06/71, a COLTED foi abolida em 1971, e foi criado o Programa do Livro Didático (PLID).

No período de 1968 tinha sido criada a Fundação Nacional de Material Escolar (FENAME) que, em 1976 sofreu transformações, sendo incumbida de assumir o Programa do Livro Didático, até então de responsabilidade do Instituto Nacional do Livro (INL). A partir daí a (FENAME) passou a ter quatro finalidades: definir as diretrizes para garantir e distribuir em todo o território nacional a produção de materiais escolares didáticos; estabelecer o programa editorial; realizar os programas do livro didático; contribuir com as instituições educacionais, científicas e culturais, na efetivação de seus objetivos comuns.

Freitag, et al, (1989) explicam que, em 1980 é perceptível explicitamente um atrelamento entre a política governamental do livro e a criança carente e isto é perceptível quando são distribuídas as diretrizes básicas do Programa do Livro Didático-Ensino Fundamental, (PLIDEF) e depois o Programa do Livro Didático para o Ensino Médio (PLIDEM) em que, estes programas tem a finalidade de auxiliar no desempenho da política governamental e cultural do Brasil, oferecendo assistência aos educandos carentes de recurso financeiros.

Em abril de 1983 é constituída a Lei 7.091 que institui a Fundação de Assistência ao Estudante (FAE) um órgão também subordinado ao MEC e tem o objetivo de auxiliar a Secretária de Educação de “1º e 2º graus” SEPS/MEC, outrossim, desempenha programas de assistência aos alunos destes níveis de Educação com o intuito de ajudar no processo didático-pedagógico. Além disso, Freitag, et al, (1989, p.16) citam que “foram reunidas em uma instituição única vários programas de assistência do governo, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE); Programa do Livro Didático- Ensino Fundamental (PLIDEF); programas editoriais.”

Neste sentido, a política adotada era centralizadora e assistencialista, isto é, críticos da política oficial do livro didático no Brasil, discutem que esta centralização da política assistencialista do governo ocasiona problemas, dificuldade de entrega dos livros nos prazos

previstos, e autoritarismo implícito das delegacias regionais e secretarias de educação na escolha do livro didático.

Com efeito, nestes períodos já citados anteriormente não existiram políticas públicas competentes em relação ao livro didático, uma vez que foram recriando-se a cada governo novas comissões e instituições, como a INL, FENAME, PLID, etc. assim, foram refazendo os decretos, sem considerar o que já havia sido criado anteriormente. O livro didático no Brasil é analisado no proceder da definição de políticas públicas como uma tarefa diferenciada dos outros países, já que sua distribuição passa a ser pensada quase que exclusivamente para estudantes carentes de recursos financeiros. (Freitag, Motta, Costa, 1989)

Posteriormente, é promulgado o decreto nº 91.542, de 19 de agosto de 1985 que constitui o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), este apresenta alterações substanciais em relação aos programas anteriores, dentre estas: a sugestão dos livros pelos professores; reutilização do livro, abolindo o livro descartável e visa sua maior durabilidade, possibilita a implantação de bancos de livros didáticos, término da participação financeira dos Estados, e o controle decisório passa a ser da FAE. Assim, o PNLD sobrevém a fazer parte da política pública para a educação, com a finalidade de distribuir de maneira universal e gratuita os livros didáticos para todos os estudantes das Escolas Públicas do Ensino Fundamental Brasileiro. Contudo, no início da implantação do PNLD ocorreu corrupção por parte dos centros decisórios de poder, e a distribuição universal dos livros para os estudantes não ocorreu nesta primeira fase deste programa. (MANTOVANI, 2009)

Conforme Cassiano (2007, p.46) “o fluxo regulador para o PNLD só seria instituído em 1993, e a partir de 1995, procedimentos regulares de avaliação, aquisição e distribuição estabeleceram o caráter de continuidade desse programa”. Deste modo, em 1995 o PNLD não se restringia apenas ao Fundamental I. Neste PNLD também adveio à distribuição universal dos livros didáticos, isto é, desde 1995 a distribuição dos livros passou a ser de responsabilidade da Empresa Brasileira de Correio e Telégrafos (ECT) e desde esse período os livros tem sido entregues com pontualidade, chegando nas Escolas antes do ano letivo começar. Em 1995 também sucedeu à instituição da comissão por áreas do conhecimento para elaborar os critérios de avaliação dos livros, e depois foi estipulado que apenas os livros aprovados deveriam ser comprados pelo Estado. No seminário *Livros didáticos: conteúdo e processo de avaliação* em 1995 as comissões determinaram os critérios que levariam os livros a serem eliminados deste processo. Assim, novamente, o PNLD toma rumos inéditos.

Desde 1996 existe uma padronização do PNLD para avaliar os livros: Inicialmente, é lançado o edital de convocação que normatiza as inscrições dos manuais, em seguida existe uma triagem, em que são conferidos os aspectos físicos dos livros e se a obra está de acordo com as regras do edital em vigor. Depois da aprovação nesta fase, os livros passam para a avaliação pedagógica, no qual foram determinados critérios gerais de classificação e exclusão das obras inscritas. Com efeito, são avaliados a qualidade editorial e gráfica, a conexão do manual do professor com o livro didático e um dos critérios de eliminação é erros conceituais nos manuais, o resultado desta avaliação resulta nos Guias dos Livros Didáticos, que apresenta as resenhas dos livros aprovados para a compra do Governo e são direcionados para as escolas, no qual os professores devem fazer sua escolha. (CASSIANO, 2007)

Em 1997 ocorreu a extinção da (FAE), com isso a efetivação do PNLD passou para o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), o PNLD foi coordenado pela Secretaria de Ensino Fundamental (SEF) na qual foi indicado um coordenador para cada área de conhecimento e cada grupo tinha aproximadamente 25 pessoas que tinham conhecimento sobre o Ensino Fundamental e experiências acadêmicas. (BEZERRA e LUCA, 2006) Neste programa foram inscritos 466 livros de “1ª a 4ª séries” na área de Português, Matemática, Ciências e Estudos Sociais que foram analisados pelas comissões, após a divulgação dos resultados, os educadores escolheram os livros que foram aprovados no Programa. Mas no PNLD de 1997 e 1998 foi permitido aos professores escolher um livro que não fosse recomendado pelo PNLD. (MANTOVANI, 2009)

Em 1999 o PNLD explicou que era proibido a escolha de algum livro que, não tenha sido recomendado pelo programa, os livros também deveriam ter uma coerência metodológica, ou seja, era necessário uma unidade pedagógico-metodológico no livro. (TOLENTINO-NETO, APUD FREITAG, ET AL, 1989) No PNLD de 2000 os livros deveriam apresentar alguns pontos, dentre estes, pode-se citar: critérios de avaliação; apresentar o contexto educacional brasileiro; conceito de livro didático.

Em 2002 no final do Governo de Fernando Henrique Cardoso foi realizado um Seminário *Livro didático: desafios da qualidade*, este teve o intuito de avaliar o desenvolvimento do PNLD como parte da política de Estado. Neste sentido, foram elencados os avanços desse Programa e discutidos sugestões para sua continuidade. Em 2003 foi publicado o Guia de livros didáticos do PNLD, composto de cinco volumes: Alfabetização, Língua Portuguesa, Ciências, História e Geografia.

Segundo Santos (2007, p.34), no ano de 2003, o MEC constituiu o Programa Nacional do Livro de Ensino Médio (PNLEM), “realizando um projeto piloto que adquiriu 1,3 milhão de livros de Matemática e Língua Portuguesa para as regiões Norte e Nordeste. Esse programa seguiu os moldes de avaliação, aquisição e distribuição do PNLD”.

O PNLEM foi modificado através da Resolução nº 1, de 15/01/07, este iria distribuir livros das disciplinas de Português, Matemática, Biologia, História, Geografia, Química e Física, portanto em 2009 todos os educandos receberam os correspondentes livros. Neste contexto, segundo Cassiano (2007, p.91) “em 2006, foram investidos R\$ 121,9 milhões no PNLEM. Para 2007, como já se viu, o orçamento previsto para esse programa é de R\$ 220 milhões.”

O PNLEM é financiado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) com recursos financeiros derivados do Orçamento Geral da União, bem como de contratos de empréstimos internacionais (Resolução nº 38, de 15/10/2003, art 4º). Conforme Cassiano (2007, p. 91) “em 27/02/2006, o MEC iniciou a veiculação, em cadeia nacional, de uma campanha publicitária divulgando o PNLEM, apresentando a ampliação do PNLD por meio dos dados expostos acima.”

Silva apud Freitag, et al, (1989) explica que, através do PNLD em 2003 e 2004 foram distribuídos 50 mil toneladas de livros que ao saírem das editoras foram transportados, para as 119 centralizadoras dos correios, onde foram levados (em caminhões, carretas, barcos motorizados, etc.) para as escolas públicas dos 5561 municípios do país. Portanto, de acordo com Silva (2006) com um planejamento estratégico, as problemáticas de distribuição dos livros através do PNLD foram praticamente resolvidas. E o PNLD de 2004 mostrou uma diferença: este programa deixa de comprar livros de Estudos Sociais e para adapta-se aos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) passando a comprar livros de História e Geografia

Em 2007 o PNLD mostra que, a avaliação dos livros passou a ser executada pelas Universidades de vinculação dos coordenadores de área, por exemplo, os livros de Alfabetização e Língua Portuguesa foram avaliados pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); a Universidade de São Carlos(USP) analisou os livros de Ciências; A Universidade do Estado de São Paulo(UNESP) avaliou os livros de Geografia; A Universidade Federal do Rio Grande do Norte(UFRN) estudou os livros de História; A Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) analisou os livros de Matemática. O PNLD de 2008 se destaca por ilustrar resenhas das coleções aprovadas, quadros que mostram através de

cores como se deu a avaliação das coleções aprovadas em relação aos critérios do edital. (MANTOVANI, 2009)

Em 2010 o primeiro livro na área de Sociologia adotado pela Rede de Ensino Estadual da Paraíba foi o livro “Sociologia para o Ensino Médio: Introdução à uma Ciência da Sociedade”, de Cristina Costa, que foi descartado pelos professores, este livro não foi submetido a seleção do PNLD devido a implantação não coincidir com o processo de escolha do livro que seria em 2012.

Em 2012 o PNLD incluiu pela primeira vez a disciplina de Sociologia, visto que segundo a Lei 11.684, de 2 de junho de 2008, a Sociologia e a Filosofia se tornaram obrigatória no Currículo do Ensino Médio. Contudo, apesar do livro de Cristina Costa ser o adotado nas Escolas em 2010, este manual não participou do processo do PNLD 2012. Sendo que os livros aprovados neste processo foram os livros de Sociologia para o Ensino Médio organizado por Nelson Dacio Tomazi e Tempos Modernos, Tempos de Sociologia organizado por Helena Bomeny e Bianca Freire Medeiros, (que foram analisados nesta monografia), mas o livro que os professores da Paraíba escolheram foram o de Nelson Dacio Tomazi.

Em 2012 o PNLD enfatiza que, para ocorrer à análise dos livros, inicialmente, é definida a coordenação, que tem como principal objetivo, nomear uma equipe de pareceristas que serão responsáveis por avaliar os exemplares dos livros didáticos. Cada livro apresentado é ponderado por diferentes pareceristas, essa ação tem por finalidade lançar olhares distintos sobre o conteúdo do livro. O PNLD 2012 é responsável pela elaboração das regras que mostrarão quais os pontos que levam determinados livros a serem eliminados do processo.

Uma questão que prevalece na eliminação dos livros está voltada para mediação didática. Nesse contexto, o livro deve evidenciar estratégias de estranhamento e desnaturalização dos elementos sociais abordados. Outro feitiço notável que leva a eliminação é a inadequação aos propósitos da Sociologia como componente curricular do Ensino Médio. Outro ponto que leva a exclusão dos livros é se os “manuais de professor” estiverem dissociados dos livros dos alunos, notando-se que a obra não foi pensada como projeto de ensino, assim, os manuais não cumprem as funções de auxiliar o trabalho docente. E a última dimensão que causa a abolição do livro, refere-se à Editoração. Ou seja, os livros que apresentarem carência ou ilegibilidade de créditos, fontes de imagem, falhas impedem que o aluno e professor conheçam a origem das determinadas informações.

Portanto, o PNLD em seu decorrer avançou, principalmente sobre operacionalização cíclica e planejada, que resultou na pontualidade da distribuição dos livros didáticos para os alunos, entretanto ainda precisa de uma sofisticação em relação à avaliação das escolhas dos conteúdos dos livros, pois é necessária uma avaliação minuciosa sobre os conteúdos para que os alunos tenha um currículo escolar de qualidade. Deste modo, na área de Sociologia os dois livros que foram aprovados no PNLD (2012) não apresentam uma preponderância para uma Sociologia Científica, mas um predomínio para uma Sociologia como promoção da Cidadania, sendo que isso pode limitar a sua contribuição para o aprendizado do aluno e para a própria consolidação da disciplina, assim, acreditamos que a Sociologia deve ser tratada como uma Ciência no Ensino Médio, como as demais disciplinas, até porque esta disciplina continua instável com dificuldades de firmar como disciplina escolar.

Outro problema no PNLD, é a desarticulação que acontece entre o tempo para a escolha do PNLD e o tempo da escola, desta forma, ao se determinar com rigor uma programação de uma política pública, para o procedimento de seleção dos livros didáticos que envolve discentes, estudantes e a comunidade, o Ministério da Educação deveria sugerir no calendário anual das Escolas reuniões que examinassem a escolha dos manuais do PNLD. De tal maneira, cada Escola poderia organizar o tempo suficiente para acontecer reuniões com educadores e coordenadores, ou seja, os professores teriam mais tempo para analisar qual o livro que deveria utilizar com seus alunos. (SANTOS, 2007)

2.3A POLÍTICA DO LIVRO DIDÁTICO

Sobre a política do livro didático no Brasil Freitag, et al, (1989) afirmam que esta política afeta aproximadamente trinta milhões de estudantes e mais de um milhão de professores. No Brasil, as editoras de livros seguem a sugestão de um currículo mínimo definido pelo Estado, isto é, seguem a orientação dos pareceres enunciados pelo Conselho Federal e Estaduais. E isso é uma particularidade do Brasil, visto que em outros países os conteúdos dos livros didáticos são definidos a partir das discussões de pedagogos, grupo de cientistas, técnico de editoração, associações de pais e mestres, organizações dos educandos, etc.

Freitag, et al, (1989, p. 32) elucidam que o debate sobre a política do livro didático no Brasil, gira em torno de três questões: A primeira é a “centralização versus descentralização da política nos livros didáticos”, em virtude que, existe uma centralização das decisões políticas do livro didático através do INL, FENAME, FAE, etc. mas, isso tem uma vantagem

que é racionalizar o processo decisório, sua escolha, o financiamento e a distribuição do livro, entretanto a centralização é venerável à corrupção “registrada praticamente em todas as gestões responsáveis pelo livro didático, tendo de enfrentar o favoritismo do poder local, o favorecimento em licitações, etc.”

Com efeito, a ineficiência das decisões sobre o livro didático foi decorrente de duas questões: a) in experiência dos responsáveis pelo ensino no Brasil; b) e a utilização de políticas centralizadoras, nas quais os professores, um dos principais usuários do livro não participavam dos processos decisórios do sistema educacional ou do debate sobre os livros. (WITZEL, APUD FREITAG, ET AL, 1989) De tal maneira, Oliveira, et al, (1984) defende uma descentralização política do livro e recomenda que além dos Estados e município, também as Escolas, os diretores, Professores, pais e alunos devem participar do processo decisório do livro.

O segundo ponto sobre a política do livro ocorreu na década de 1990, em que, o Ministério atuou mais ativamente nos debates sobre a qualidade versus quantidade dos livros didáticos. Freitag, et al, (1989) explicam que o governo fornecia gratuitamente aproximadamente 51 milhões de livros didáticos por ano para as escolas de todo o Brasil, já o México com uma população inferior a população brasileira distribuía mais de oitenta milhões.

Sobre a qualidade do livro, isso seria de responsabilidade das Comissões e Instituições Estaduais. Deste modo, Freitag, et al, (1989) salientam que com o Novo Plano Nacional do Livro Didático, (que teve princípio com a Nova República 1985) surgiu a preocupação de um livro durável e isso significa uma sofisticação da qualidade externa do material, todavia não resulta na melhoria da qualidade interna do manual.

A terceira questão do debate sobre a política do livro didático no Brasil se refere “política do livro didático para os carentes ou para todos?” Deste modo, desde o início a política do livro no Brasil já pensava na criança socioeconomicamente desprivilegiada. Esta ideia estava presente no decreto nº 1006 de 30/12/38, e principalmente durante o Regime Militar, e também na Nova República. Com efeito, conforme Freitag, et al, (1989, p.48) “os livros didáticos poderiam ser bons em qualidade e suficientes em quantidade, não se dirigindo prioritariamente às crianças carentes, porque elas deixariam de ser carentes, dirigindo-se a todas as crianças.”

Nesta perspectiva, a política do livro didático deve ser desvinculada da política assistencialista do Governo e conferida aos campos que cuidam do Currículo. Mello (1991) ressalta que em diversos países em que as carências educacionais já foram supridas, os manuais permanecem sendo distribuídos gratuitamente, pois o livro é um instrumento indispensável para o trabalho em sala de aula e um indutor para a melhoria da qualidade de Ensino.

2.4 A ECONOMIA DO LIVRO DIDÁTICO

No Brasil o Estado é o principal agente da política do livro, contudo sua atuação não se restringe a esfera política, pois o Estado também é o responsável por estabelecer as coordenadas da economia do livro. O Estado intervém no processo de produção do livro didático, desde seu início na etapa do planejamento dos conteúdos dos livros, até seu término com as compras dos livros didáticos. Desta maneira, a atuação do Estado neste processo ainda continua, já que o Estado também tem a função de entregar os livros nas escolas; divulgar listas de livros aos professores de escolas para que estes possam indicar qual o livro apropriado, e em algumas ocasiões o Estado tem a função de avaliador da qualidade do livro ou de censor do livro.

Freitag, et al, (1989, p.53) esclarecem que, o Estado passa a adquirir “simultaneamente as características de regulador do mercado, investidor e consumidor, atenuando com suas medidas as tensões sociais e atendendo ao mesmo tempo os interesses dos setores empresariais privados”.

Assim sendo, a análise da economia do livro gira em torno de três questões. A primeira faz referência “aos gastos públicos com o livro didático” no qual mostra que, o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) é de responsabilidade da Fundação de Assistência ao Estudante (FAE). O PNLD em 1986 comprou aproximadamente 45.000.000 livros didáticos para distribuir em todo o país, a maioria destes livros se destinaram a turma da “alfabetização” e a turmas do Fundamental I e II.

A segunda questão acerca da economia do livro se refere “a produção do livro didático pelas editoras” no qual apresenta que, de acordo com os dados do Sindicato Nacional dos Editores do Livro, (SNEL) o mercado do livro é disputado por 30 editoras, porém apenas 10 editoras domina 92% da produção consumida pelo Estado e apenas os 10% restantes são para 400 editoras. De tal maneira, Freitag, et al, (1989, p.58) explanam que, ao “receberem da

FAE as listas de encomenda de livros por parte dos professores, as editoras já conhecem as tiragens para cada título que será comprado pelo governo, podendo fazer tranquilamente a sua programação, sem maiores riscos.” Isto é, estes dados configuram um oligopólio no setor, pois poucas editoras fixam o controle da maior fatia do mercado.

O terceiro assunto sobre o estudo da economia do livro é “a qualidade da mercadoria: livro didático,” cujo tópico informa que, os livros didáticos são mercadorias produzidas pela indústria cultural, e apresenta todas as características dos produtos desta indústria, uma vez que, o livro é um produto destinado em grandes quantidades e a grandes massas; é padronizado, pois as diferenças entre um livro e outro, uma editora e outra são mínimas, isto é, existe uma unificação no mercado livreiro. (FREITAG, MOTTA, COSTA, 1989)

2.5 O CONTEÚDO E O USO DO LIVRO DIDÁTICO

Nesta perspectiva, os estudos pioneiros dos conteúdos dos livros didáticos no Brasil, isto é os conteúdos dos livros de 1965 se distanciavam da realidade quotidiana do povo brasileiro, como também os textos dos autores brasileiros estão sendo marginalizados nos livros, e isso ainda continua presente nos livros da atualidade, principalmente no livro Sociologia para o Ensino Médio de Nelson Dacio Tomazi (2007) analisado nesta monografia.

Estudos apresentam a baixa qualidade dos textos dos livros didáticos no Brasil, os estudos críticos que analisam os conteúdos dos livros denunciam a defasagem temporal em que o processo educacional se encontra. Assim, a saída para Freitag, et al, (1989, p.84), seria que, a definição dos conteúdos dos livros e a sua supervisão “deveria ficar a encargo das equipes de pesquisas, políticos, práticos de ensino, administradores e representantes das diversas entidades de classes, reunidos em Comissões, com poder de sugestão e controle sobre a teoria e prática do livro didático.” Como acontece na Alemanha, Estados Unidos, Áustria, Suíça.

O livro didático apresenta três usuários, o Estado que compra os livros; os professores que selecionam e utiliza os livros como instrumento de trabalho escolar; e os alunos que também usam o livro como sendo indispensáveis para seus aprendizados. Oliveira, et al, (1984) executou uma pesquisa sobre a adoção do livro, e verificou em suas pesquisas que não são todos os livros que são selecionados pelos professores, aproximadamente 29,7% dos casos foi o Estado por meio das Secretárias de Educação quem decidiu qual o livro que deveria ser

adotado. E cerca de 12% dos professores entrevistados selecionaram os livros que utilizavam em sala de aula.

Desta maneira, 32% dos professores relataram que escolheram o referido livro devido à sugestão de algum colega da escola em que trabalha, 19% dos educadores escolheram porque seguiram a sugestão de alguma editora, avigorada pela visita de algum vendedor; e apenas 44% dos docentes entrevistados participaram de algum curso de treinamento e de reuniões para escolha do livro, contudo 40% dos professores que habitam a zona urbana e 57% dos educadores que habitam a zona rural desconhecem as reuniões sobre a discussão sobre a seleção dos livros didáticos.

Santos (2007) executou uma pesquisa sobre escolha dos professores em relação aos livros didáticos através do PNLD, os dados desta pesquisa mostrou que, os educadores de forma unânime são a favor do PNLD e acreditam que este Programa é de extrema relevância, na medida em que, os professores sugerem os livros apropriados para utilizar com seus alunos.

Porém, a pesquisa realizada por Santos (2007) também mostrou que, a escolha dos professores pelos livros através do PNLD, não ocorre pelo Guia, que contém a resenha dos livros aprovados neste Programa. Nesta pesquisa os professores entrevistados apresentaram diferentes razões para não fazerem sua escolha através do Guia, que são: falta de tempo para analisa-lo; não consideram o Guia importante; as coordenações da Escola não os estimulam a analisa-lo; e as resenhas dos livros são feitas por especialistas e não por professores.

Assim, Freitag, et al, (1989) exemplifica que muitos professores não escolhem o livro didático após um estudo minucioso dos conteúdos, mas sua escolha se dá principalmente pelo comodismo e pelo conformismo. Isto mostra que, é necessário habilitar os professores sobre processo de seleção dos livros para que, este possa desenvolver seus próprios critérios de escolha, já que muitos estudantes estão envolvidos com esta política pública, bem como, o livro é indispensável em sala de aula, e muitos livros de qualidade podem deixar de ser adotado pela falta de treinamento dos professores, bem como pela falta de habilidade e pelo nível de formação dos professores, por exemplo, o livro “Sociologia para o Ensino Médio: Introdução à uma Ciência da Sociedade”, de Cristina Costa, (que é analisado no terceiro capítulo desta monografia), foi um livro que o Estado enviou para as Escolas, e apesar de ser um livro que aborda a Sociologia Científica, foi descartado pelos professores.

Neste sentido, conforme Meucci (2000) os livros didáticos são de extrema importância para a institucionalização de uma disciplina, deste modo, os livros de Sociologia para Meucci (2000, p. 5), representam “testemunhos significativos do esforço de constituição do saber sociológico entre nós.” Segundo Meucci (2000) alguns dos primeiros livros de Sociologia eram escritos numa perspectiva cristã. A referida autora explana que a função da Sociologia era uma questão moral e cívica, assim, acreditava que a Sociologia além de ser uma ciência era também um ensinamento moral, a Sociologia tinha que proporcionar o conhecimento científico sobre a sociedade, mas também valores cristãos e morais.

Nessa perspectiva, Meucci (2000) ressalta que existiam alguns manuais de Sociologia que discutiam sobre os valores morais e cristãos, entretanto também existiam livros que mostravam um esforço dos elaboradores em mostrar a Cientificidade da Sociologia, em desenvolver nos alunos alguns procedimentos de pesquisa sobre a realidade social. Os livros de Sociologia, analisados por Sarandy (2004), ilustram um ensino com intenso destaque conceitual se fundamentando numa Sociologia que possibilita o desenvolvimento do pensamento crítico, interventora da realidade social e de fundamental relevância para o exercício da cidadania.

Os livros escritos a partir da década de 1980 no Brasil, segundo Sarandy (2004), apresentam uma estrutura científica, pois entre os anos 1980 e 1990 ocorreu uma discussão sobre a nova Lei de Diretrizes e Bases, LDB, lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. De tal modo, a LDB explica que a Sociologia tem a finalidade de formar cidadãos. Ou seja, com a nova LDB a Sociologia passa a ter outra função, e isto é perceptível no seu artigo 36, na qual elucida que é necessário que os educandos apresentem domínio dos conhecimentos de Filosofia e Sociologia indispensáveis ao exercício da cidadania. Isso é preocupante, pois a Sociologia não foi inserida nos Currículos do Ensino Médio como disciplina do núcleo comum, com isso a Sociologia continua incerta e com problemas de se firmar como disciplina escolar.

2.6 A CONTEXTUALIZAÇÃO E A RECONTEXTUALIZAÇÃO DO LIVRO DIDÁTICO.

Face ao exposto, podemos notar que a escolha do livro didático nem sempre tem sido feita por especialistas e até mesmo pelos mais interessados que são os professores. Ademais, essa escolha pode estar vinculada a interesses mercantis, políticos e ideológicos diversos que tendem a afastar a disciplina da sua origem científica. Nesse sentido, a Sociologia quando

apropriada enquanto disciplina escolar pode distar do seu caráter científico. Nesse contexto, é relevante entendermos como a Sociologia tem sido recontextualizada nos livros didáticos, daí Basil Bernstein vem ao nosso encontro com a sua teoria sobre campo recontextualizador (apropriação de teorias), que diz respeito ao contexto de relocação do discurso do ‘campo intelectual’.

Leite apud Bernstein (2007, p. 37) explica sobre o dispositivo pedagógico que, regula a comunicação através de três normas. A primeira se refere as Regras distributivas que, são responsáveis pela escolha dos conteúdos que devem ser estudados na organização educacional. A segunda faz referência as Regras de Recontextualização que, transformam os textos escolhidos para inclusão no discurso pedagógico e quem modifica esses textos é o Estado e os departamentos Universitários, professores, faculdades, leitores, escritores, etc.

A terceira consiste nas Regras de Avaliação que regula as mudanças do discurso em uma prática pedagógica, deste modo, essa regra ilustra que, os textos são construídos pelo discurso pedagógico e concretizados com a avaliação na sala de aula, no qual mostra os níveis que, os alunos atingiram em cada escola, bem como, a maneira de transmissão do assunto e o conteúdo a ser transmitido.

Leite apud Bernstein (2007, p. 42) argumenta sobre a subdivisão da recontextualização que resultaria em um campo recontextualizador oficial que seria o Estado e recontextualizador pedagógico que, seria “os pedagogos e outros formadores de professores e pesquisadores das escolas, dos departamentos das ciências da educação das universidades e também das fundações privadas de investigação educacional.”

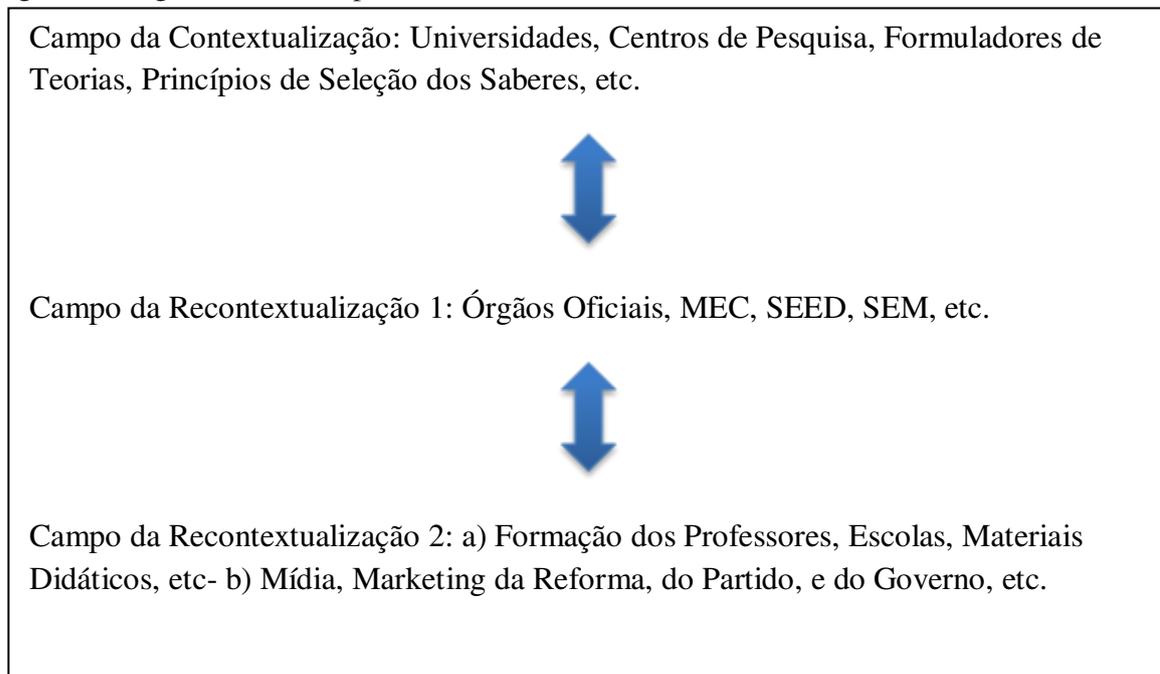
Conforme Leite apud Bernstein (2007) quando os conteúdos dos conhecimentos da Ciência de referência se transformam em conhecimento escolar, esse passa a ser recontextualizado, ou seja, o conhecimento da Sociologia como Ciência não é visto no Ensino Médio na medida em que ela se modifica em conhecimento Escolar a partir de um discurso pedagógico e esse discurso é recontextualizado.

Neste sentido, Bernstein (1996) debate sobre o campo pedagógico que, origina-se de um complexo movimento de criação de códigos e mecanismos definidores dos discursos pedagógicos, no qual capturam os conhecimentos, os conteúdos, como também as ciências a serem disseminadas no sistema de ensino.

Os campos pedagógicos de contextualização e recontextualização se referem ao local, onde é escolhido as teorias, conteúdos a serem discutidos nas Instituições escolares, onde é realizado o projeto de Educação e de sociedade que serão materializados nas escolas.

Assim, os agentes e as agências são aqueles ligados ao Estado e às escolas. Exemplo disso são os departamentos do Estado e as autoridades educacionais locais, como o Ministério da Educação e as Secretarias Estaduais e Municipais de Educação e suas subdivisões de inspeção e controle, os departamentos das Universidades e Faculdades ligadas a Educação com suas Pesquisas, revistas, editoras com seus consultores e leitores e outras agências não especializadas no discurso educacional, mas que exercem influência no Estado e nos agentes da educação (BERNSTEIN, 1996, p.90-91). Isso pode ser vislumbrado melhor na figura II.

Figura2: As agências nos Campos.



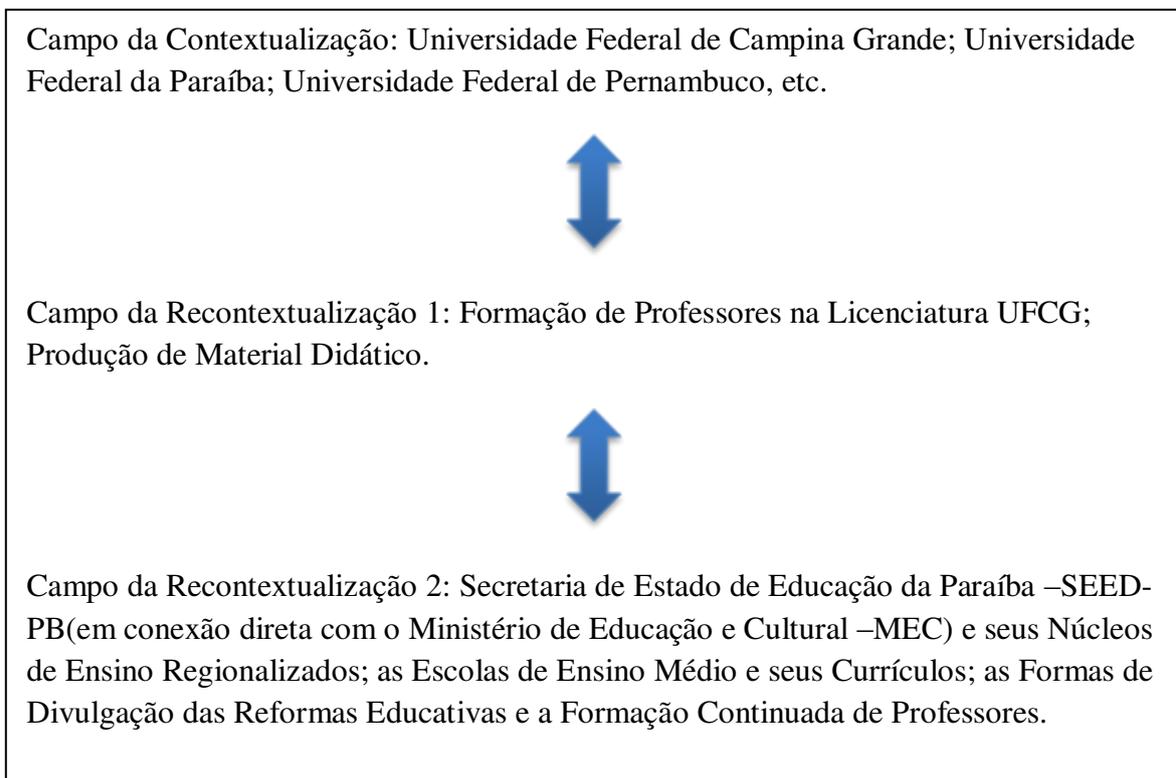
Fonte: SILVA, 2006, apud BERNSTEIN, 1996.

O texto elaborado no campo da contextualização, por exemplo, Universidades ou Agências de Pesquisas Especializadas, sofre modificações antes da relocação, obedecendo aos princípios de descontextualização, de maneira que é primeiro deslocado e depois relocado, o que faz com que o texto não seja mais o mesmo texto original. Vejamos nas palavras de Bernstein.

A primeira é a transformação do texto dentro do campo recontextualizador e a segunda é a transformação do texto transformado, no processo pedagógico, na medida em que ele se torna ativo no processo de reprodução dos adquirentes. É o campo recontextualizador que gera as posições e oposições da teoria, da pesquisa e da prática pedagógicas. (BERNSTEIN, 1996, p.92)

No caso desta monografia, buscamos entender como a Sociologia é recontextualizada nos livros didáticos. Sabemos que seria bastante pertinente pesquisarmos também os departamentos do Estado responsável pela adoção e distribuição destes livros, bem como, a forma como os professores trabalham os mesmos dentro da sala de aula. No entanto, face ao tempo e os limites inerentes a um trabalho monográfico, nos limitaremos aos livros didáticos. Observamos, então, a figura III.

Figura 3: As agências do Estado nos Campos



Fonte: Elaboração da Autora.

Segundo Leite apud Bernstein (2007) o dispositivo pedagógico significa “um regulador simbólico da consciência que selecionaria significações e graus de legitimidade para os textos pedagógicos, resultantes das disputas entre grupos sociais de posição e interesses divergentes, pelo controle simbólico da sociedade”.

Nessa perspectiva, o sistema educacional seleciona os conteúdos e realiza um controle simbólico.

O sistema educacional hoje é um produtor e reproduzidor crucial de recursos discursivos no interior do campo de controle simbólico. O que é de interesse é o processo pelo qual as produções do sistema educacional, as teorias, tornam-se descontextualizadas e recontextualizadas em outros campos de prática, incluindo diferentes níveis e funções da educação. As teorias nas ciências naturais podem alterar as forças de produção, mas as modalidades de código selecionam, variam ou mudam suas relações sociais. As teorias nas ciências sociais estabelecem uma base empírica para o controle simbólico, mas as modalidades de código regulam sua seleção, variação e mudança. (SILVA, 2006 apud BERNSTEIN, 1996, p.72)

Segundo Bernstein (1996) o sistema educacional e principalmente o Estado recontextualiza as teorias, os conteúdos, que os alunos irão estudar. Conforme o referido autor, no campo recontextualizador estão presentes os agentes e as agências que são vinculados ao Estado e as Escolas, como os departamentos do Estado, autoridades Educacionais locais, o Ministério da Educação, Secretarias Educacionais e Municipais de Educação.

3 OS LIVROS DIDÁTICOS DE SOCIOLOGIA QUE FORAM APROVADOS NO PNLD 2012.

Neste Capítulo apresentaremos os livros didáticos de Sociologia aprovados no PNLD 2012 que, serão analisados separadamente, os livros a serem analisados, segundo a ordem são: *Sociologia para o Ensino Médio*, de Nelson Dacio Tomazi (São Paulo: Atual Editora, 2007, 256 páginas.) *Tempos Modernos, Tempos de Sociologia*, de Helena Bomeny e Bianca Freire-Medeiros (São Paulo: EDITORA do BRASIL, 1ª edição, 2010, 280 páginas.)

3.1 SOCIOLOGIA PARA O ENSINO MÉDIO.

O livro organizado por Nelson Dacio Tomazi (2007) tem início com a introdução que, discute sobre o estudo da Sociologia e a produção social do conhecimento. A tônica desta introdução é o objetivo da Sociologia este recurso tem a finalidade de mostrar ao leitor que a Sociologia se contrapõe ao “senso comum”.

Para isso apresenta alguns autores, como Pierre Bourdieu, no qual salienta que a Sociologia tem como intuito descobrir os aspectos da sociedade que os grupos ocultam, por exemplo, mostrar aos alunos que, ao assistir um noticiário da televisão deve-se observar o que está oculto nos discursos e formar seu próprio pensamento, se tornando indivíduo autônomo.

Neste momento também é citado o autor Charles Wright Mills, expondo que, o papel da Sociologia é desenvolver o pensamento sociológico dos educandos. Deste modo, Tomazi (2007) afirma que, a Sociologia é uma ciência específica que, com a modernidade, com o desenvolvimento das Indústrias, o deslocamento de muitos indivíduos do campo para a cidade, com as grandes Revoluções Industrial e Francesa, no qual deixaram a Sociedade em um caos, surge a necessidade de uma Ciência que compreenda a realidade social que, é a Sociologia.

Neste sentido, o autor pretende fazer com que, o leitor observe que o objeto da Sociologia é construído historicamente a partir de uma relação dialética entre indivíduo e sociedade. É nessa direção que o livro aborda, ainda na Introdução os estudiosos pertencentes a França, Alemanha, Estados Unidos que, mais influenciaram no desenvolvimento da Sociologia.

Na França alguns dos que mais, se destacaram com seus trabalhos sociológicos foram: Frédéric Le Play (1855-1936) René Worms(1869-1926) Gabriel Tarde (1843-1904) e principalmente Émile Durkheim (1858-1917) Na Alemanha George Simmel, (1858-1918) Ferdinand Tönnies (1855-1936), Werner Sombart (1863-1914), Alfred Weber (1868-1958) e, sobretudo Max Weber (1864-1920). Nos Estados Unidos da América, a Sociologia teve seu progresso nas Universidades de Chicago, de Colúmbia, e de Harvard, e os sociólogos de destaque foram: Robert E. Park (1864-1944), George H. Mead (1863-1932).

Este livro é dividido em sete unidades. Se observarmos o índice do livro em questão (ver Quadro 1), podemos visualizar que os títulos destas unidades contêm subsídios importantes das áreas que contribuem para a construção e aprimoramento das bases das Ciências Sociais que, são respectivamente, Sociologia, Antropologia e Ciência Política. Podemos observar também, que este livro não apresenta nenhum capítulo sobre os Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais o que se contradiz com uma das metodologias sugeridas pelas Orientações Curriculares Nacionais OCNs, a pesquisa, que é de fundamental relevância para a relação dos educandos com o meio em que vivem, como também com a Ciência que estão estudando.

Quadro 1 Índice de Sociologia para o Ensino Médio organizado por Nelson Dacio Tomazi.	
<p>Introdução O estudo da Sociologia A produção social do conhecimento Unidade I – A sociedade dos indivíduos. Capítulo 1 - O indivíduo, sua história e a sociedade.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Nossas escolhas, seus limites e repercussões. • Das questões individuais às questões sociais. <p>Capítulo 2 – O processo de socialização.</p> <ul style="list-style-type: none"> • O que nos é comum. • As diferenças no processo de socialização. • Tudo começa na família. <p>Capítulo 3 – Indivíduo e sociedade. Que tal discutir essa relação?</p> <ul style="list-style-type: none"> • Karl Marx, os indivíduos e as classes sociais. • Émile Durkheim, as instituições e o indivíduo. • Max Weber, o indivíduo e a ação social. • Norbert Elias e Pierre Bourdieu: a sociedade dos indivíduos. <p>Unidade 2- Trabalho e sociedade. Capítulo 4- O trabalho nas diferentes sociedades</p> <ul style="list-style-type: none"> • A produção nas sociedades tribais • Escravidão e servidão • As bases do trabalho na sociedade moderna. <p>Capítulo 5 - O trabalho na sociedade moderna capitalista.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Karl Marx e a divisão social do trabalho. • Émile Durkheim e a coesão social. • Fordismo-taylorismo: uma nova forma de organização do trabalho. • As transformações recentes no mundo do trabalho. • A sociedade salarial está no fim? <p>Capítulo 6 – A questão do trabalho no Brasil</p> <ul style="list-style-type: none"> • As primeiras décadas depois da escravidão. 	<p>Capítulo 12 – Poder, política e Estado no Brasil.</p> <ul style="list-style-type: none"> • O Estado até o fim do século XIX. • O Estado republicano. <p>Capítulo 13 – A democracia no Brasil</p> <ul style="list-style-type: none"> • Democracia e representação política. • Os partidos políticos no Brasil. • Algumas reflexões sobre o Estado e a sociedade no Brasil. <p>Unidade 5- Direito, cidadania e movimentos sociais.</p> <p>Capítulo 14- Direito e cidadania</p> <ul style="list-style-type: none"> • Direito para todos. • Todos nascem livres e iguais... mas nem tanto • Direitos civis, políticos e sociais. • Cidadania Hoje. <p>Capítulo 15 – Movimentos sociais</p> <ul style="list-style-type: none"> • Confrontos e parcerias. • A greve como elemento central. • Os movimentos sociais contemporâneos. <p>Capítulo 16- Os direitos e a cidadania no Brasil.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Uma sociedade com direitos para poucos. • A cidadania regulada. • Os direitos cassados e a volta da cidadania. • Cidadania hoje. <p>Capítulo 17 – Os movimentos</p>

<ul style="list-style-type: none"> • A situação do trabalho nos últimos sessenta anos. • O desemprego. <p>Unidade 3 - A estrutura social e as desigualdades. Capítulo 7- Estrutura e estratificação social</p> <ul style="list-style-type: none"> • As sociedades organizadas em castas. • As sociedades organizadas por estamentos. • Pobreza: condição de nascença, desgraça, destino... <p>Capítulo 8 – A sociedade capitalista e as classes sociais</p> <ul style="list-style-type: none"> • Hierarquização e mobilidade. • A desigualdade é constitutiva da sociedade capitalista. • Desigualdade de riquezas, prestígio e poder. • Oportunidades e estratificação. • Sobre a idéia de exclusão-inclusão. <p>Capítulo 9 – As desigualdades sociais no Brasil.</p> <ul style="list-style-type: none"> • A desigualdade analisada no Brasil. • Fome e coronelismo. • Raça e classes • Formação das classes sociais e mudanças sociais. • Mercado de trabalho e condições de vida. • Índices de desigualdade. <p>Unidade 4- Poder, política e Estado. Capítulo 10 –Como surgiu o Estado Moderno</p> <ul style="list-style-type: none"> • O Estado absolutista. • O Estado liberal. • Os Estados nacionais no século XX • O chamado Estado neoliberal. <p>Capítulo 11 – O poder e o Estado</p> <ul style="list-style-type: none"> • As teorias sociológicas sobre o Estado. • A sociedade disciplinar e a sociedade do controle. 	<p>sociais no Brasil.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Lutas no período colonial. • Revoltas regionais, abolicionismo e republicanismo. • De Canudos à Coluna Prestes. • A República varguista. • A República fardada. • Movimentos sociais hoje. <p>Unidade 6 – Ideologia e cultura. Capítulo 18- Dois conceitos e suas definições.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Os significados de cultura. • Cultura segundo a Antropologia. • Convivência com a diferença: o etnocentrismo. • Trocas culturais e culturas híbridas. • Cultura erudita e cultura popular. • A ideologia, suas origens e perspectivas. • A ideologia no cotidiano. <p>Capítulo 19- Mesclando cultura e ideologia</p> <ul style="list-style-type: none"> • Dominação e controle. • Os meios de comunicação e a vida cotidiana. • Está tudo dominado? • O universo da internet. <p>Capítulo 20- Cultura e indústria cultural no Brasil</p> <ul style="list-style-type: none"> • O que caracteriza nossa cultura? • Indústria cultural no Brasil.
---	--

	<ul style="list-style-type: none"> • A televisão brasileira. • A inclusão digital. <p>Unidade 7 - Mudanças e transformação social.</p> <p>Capítulo 21- Mudança social e Sociologia.</p> <ul style="list-style-type: none"> • A mudança social para os clássicos da Sociologia. • Modernização, desenvolvimento e dependência. • Teorias do subdesenvolvimento e da dependência. <p>Capítulo 22 – Revolução e transformação social.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Sobre a Revolução. • Revoluções clássicas. • Experiências revolucionárias no século XX. • E agora, o que nos espera? <p>Capítulo 23 – Mudança e transformação social no Brasil.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Duas “ revoluções” no Brasil no século XX. • “Modernização conservadora – por que o Brasil não muda.” • Mudanças nos últimos anos.
--	--

Fonte: Livro Didático.

A Unidade I “A Sociedade dos Indivíduos”, apresenta a importância do indivíduo na sociedade contemporânea. Segundo Tomazi (2007, p.12) “entre os povos antigos, pouco valor se dava à pessoa única. A importância do indivíduo estava inserida no grupo no qual pertencia (família, Estado, clã, etc.)”

Esta unidade expõe que, o que faz os indivíduos e a sociedade se tornarem uma só engrenagem é a Socialização, no qual se refere ao processo, em que os indivíduos constroem a

sociedade e são construídos por ela. Desta maneira, cada indivíduo, ao pertencer a uma sociedade, insere-se em diversos grupos e instituições, Igreja, Escola, Família, etc. Esse processo de conviver com a Família, assistir televisão, conhecer novas pessoas, ambientes, etc. possibilita a socialização dos indivíduos, isto é, proporciona aos seres humanos uma aprendizagem sobre as regras, o modo de vida da sociedade a qual pertence.

O estudo das relações entre os indivíduos com a sociedade é apresentado por conceitos dos três clássicos da Sociologia, Karl Marx, Émile Durkheim, Max Weber, bem como, dos autores, Norbert Elias e Pierre Bourdieu. Sobre Karl Marx, o livro recorre a teoria de classes sociais e discute que os indivíduos devem ser analisados a partir do contexto das situações sociais, pois sua existência é formada em grupo, assim, a sociedade é constituída pelo relacionamento entre os indivíduos, por exemplo, quando o operário vende sua força de trabalho ao patrão e este compra essa força de trabalho.

Sobre Émile Durkheim, o livro faz referência a teoria do fato social. Outrossim, salienta o processo de socialização enquanto um fato social que dissemina as regras gerais da sociedade e garante a propagação das idéias que compõem um conjunto hegemônico, possibilitando a permanência da sociedade.

A respeito de Max Weber o livro apresenta a sua principal teoria: Ação Social. Ressalta que o referido autor busca compreender o indivíduo e suas ações, inferindo que a sociedade é um conjunto das ações sociais, na qual os indivíduos se relacionam reciprocamente. Seguindo a construção teórica de Weber, Tomazi (2007) apresenta os tipos de ação social: ação tradicional, ação afetiva, ação racional com relação a valores, ação racional com relação a fins e exemplifica cada tipo destas ações sociais.

Ainda sobre a relação indivíduo e sociedade, vemos Norbert Elias, segundo o qual, indivíduo e sociedade estão atrelados, pois as pessoas somente aprendem a falar, pensar, etc. a partir das relações em sociedade. Buscando ultrapassar a dicotomia existente entre indivíduo e sociedade, o autor apresenta o conceito de configuração, no qual ilustra a interdependência entre os sujeitos.

A respeito de Pierre Bourdieu, o livro recorre ao conceito de *habitus* que, se refere a uma questão social e individual, simultaneamente, ou seja, faz referência a um grupo, classe e também ao indivíduo. Tomazi (2007, p.30) discute que, para Bourdieu(1996) *habitus* “são princípios geradores de práticas distintas e distintivas –o que o operário come, e sobretudo,

sua maneira de comer, o esporte que pratica e sua maneira de praticá-lo, suas opiniões políticas e sua maneira de expressá-la.”

A tônica da Unidade I, em geral, é demonstrar que existe uma junção entre sociedade e indivíduos, pois a história de uma sociedade é construída por todos os indivíduos que nela vivem. Daí Tomazi, faz referência a autores clássicos e contemporâneos, com suas respectivas teorias, que buscavam explicar essa relação entre indivíduo e sociedade.

É interessante observar que o livro aborda a Sociologia como uma Ciência distinta do senso comum, inicia com uma discussão densa do campo sociológico que é essa relação entre indivíduo e sociedade ou estrutura e ação, além de fazer referência aos principais conceitos dos pensadores, no entanto não constatamos indicações sobre a metodologia desses clássicos, ademais não notamos uma apresentação mais esclarecedora do que é Ciência e o que é Senso Comum, e daí entender o porquê surgiu a Sociologia, qual a sua contribuição enquanto ciência no momento do seu surgimento, nos dias atuais e até mesmo para o próprio aluno.

A Unidade II “Trabalho e Sociedade” apresenta o tema trabalho com uma interpretação principalmente marxista. A unidade inicia-se abordando o Trabalho nas Sociedades Tribais, onde os povos dividiam o trabalho por sexo e idade. Em seguida, comenta que na Sociedade Grega e Romana, o trabalho apresenta três significados, *Labor* que necessita do esforço físico e depende do ritmo da natureza, *Poiesis* que se refere ao ato de fabricar, seja com auxílio de um instrumento ou das próprias mãos e *Práxis* que utiliza a palavra para encontrar soluções para o bem-estar dos cidadãos.

O livro segue informando sobre o Feudalismo e apresenta as longas descrições sobre como se estruturava a sociedade feudal. Na Sociedade Moderna, exemplifica que o trabalho passa a ser feito por vários trabalhadores, de maneira que, o trabalhador não tem idéia do resultado final do produto.

Ainda que Tomazi se ancore na explicação marxista para apresentar esse tema, ele também mostra a discussão de outros autores, por exemplo, o antropólogo Marshall Sahlins que discute sobre as Sociedades tribais, intitulada “sociedades de abundância” e “sociedades do lazer,” pois os indígenas destas sociedades trabalhavam pouco número de horas diárias, por exemplo, a tribo dos Ianomâmis da Amazônia trabalhava três horas diárias e os Kungs do deserto de Kalahari cerca de quatro horas por dia.

Nessa mesma unidade lê-se sobre o trabalho na Sociedade Moderna Capitalista, sob o viés da teoria de Karl Marx, conforme o qual, a divisão social do trabalho promoveu a divisão de classes. A burguesia emerge como o dono das máquinas e o proletariado com a força de trabalho e, conseqüentemente, temos a mais-valia que consiste no lucro não pago ao trabalhador. Sendo que esta se divide em Absoluta que se refere ao aumento de horas de trabalho para obter mais lucro, e a Relativa que ocorre quando se utilizam de tecnologias para tornar o trabalho mais produtivo.

Outro clássico abordado nessa discussão sobre trabalho é Émile Durkheim, que analisa as relações de trabalho na sociedade capitalista de forma diferente de Karl Marx. Para Durkheim, o aumento da especificação do trabalho ocorrida através da produção industrial moderna ocasionou uma forma superior de solidariedade. A partir daí, Tomazi, apresenta os conceitos de solidariedade Mecânica e Orgânica. Enquanto a primeira é comum nas sociedades primitivas, nas quais os indivíduos se associam pela semelhança, a Orgânica se refere as sociedades modernas, nos quais os indivíduos dependem uns dos outros, devido a divisão social do trabalho.

Após essa apresentação sociológica clássica sobre o trabalho, Tomazi inicia-se uma discussão sobre o trabalho no Brasil. Deste modo, o livro elucida que, o trabalho nas primeiras décadas depois da escravidão foi nomeado de colonato, pois segundo Tomazi (2007, p.55) “as famílias que aqui chegavam assinavam um contrato nos seguintes termos: o fazendeiro adiantava uma quantia necessária ao transporte e aos gastos iniciais de instalação e sobrevivência dos colonos e de suas famílias.”

O livro também debate sobre a relação emprego e qualificação em que, segundo Tomazi (2007, p. 58) “a qualificação em determinados ramos da produção é necessária e a cada dia mais exigida.” Outrossim, é explanado dados do IBGE sobre trabalho informal no Brasil, na qual explica que em 2003 o IBGE pesquisou 10,525 milhões de microempresas, assim, esta pesquisa constatou que, 98% destes empregados se enquadravam no conceito de informalidade. Desta maneira, a pesquisa indicada nesta unidade do livro de Tomazi é uma pesquisa limitada, uma pesquisa mais informativa do que sociológica, pois não tem uma metodologia específica e nenhum autor que apresente um embasamento teórico sobre o assunto da determinada pesquisa.

A Unidade III “A Estrutura Social e as Desigualdades”, tem início com um questionamento sobre o que é uma estrutura social? Em que, afirma que a estrutura social é o

que determina uma sociedade e de acordo com Tomazi (207, p.67) “se constitui da relação entre os vários fatores- econômicos, políticos, históricos, sociais, religiosos, culturais- que dão uma feição para cada sociedade”.

Essa introdução serve para o autor adentrar nos debates sobre Estrutura e Estratificação Social, Estamentos. O livro explica que uma das características da estrutura de uma sociedade é a estratificação que se refere a maneira como os diversos sujeitos e grupos são classificados em camadas sociais e o modo que acontece a mobilidade de um nível para outro.

Esta Unidade também elucida que o sistema de estamentos forma outra maneira de estratificação social. O livro cita como exemplo a França no fim do século XVIII que tinha três estados: a nobreza, o clero e o terceiro estado composto pelo restante dos membros da sociedade. Deste modo, o que identifica um estamento é o conjunto de direitos e deveres, privilégios que são considerados naturais, reconhecidos e sustentados pelas autoridades oficiais, como exemplo, o manual cita a sociedade feudal, no qual tinha várias obrigações dos servos para com os senhores, (o trabalho) e destes com os servos (proteção).

Sobre as castas, o manual ilustra informações sobre a China, Grécia e principalmente a Índia, Tomazi afirma que a Índia tem o sistema de Castas há mais de 3 mil anos, com uma hierarquização baseada na etnia, religião, etc. e esses elementos estabelecem a organização do poder político, bem como, a distribuição da riqueza originada na sociedade.

Em seguida esta unidade apresenta o conceito de pobreza, esse estudo volta-se, principalmente, para o mundo medieval e divide o conceito de pobreza em três termos :a) primeiro, condição de nascença que se refere ao período medieval, no qual os critérios econômicos, social não definiam a pobreza, mas sua nascença. b) Segundo a desgraça ainda no período medieval em que, a pobreza seria a desgraça decorrente das guerras, doenças ou deformidades físicas; c) terceiro o destino que faz referência ao final do século XVIII com o fortalecimento do liberalismo, assim, os indivíduos eram responsáveis pelo seu próprio destino. Pode-se depreender da análise desta unidade, a preocupação de colocar no centro do problema a desigualdade.

Assim, diante da análise do livro de Tomazi, corroboramos com Lima (2013, p. 19) o que geralmente ocorre em sala de aula é a apenas a transmissão, repetição dos conhecimentos construídos através de um “lócus de enunciação epistemologicamente situado (em especial, a

Europa) e que foi estabelecido a partir de relações de poder impostas, o que leva, portanto, à hipervalorização deste mesmo lócus em detrimento de outros”. De acordo com Lima (2013) os estudos históricos-culturais europeus dominam os livros didáticos, o espaço intelectual, acadêmico e escolar das disciplinas das Ciências Sociais.

Posteriormente é que o livro discute o problema das desigualdades sociais no Brasil, o livro segue o seguinte esquema: parte da descoberta do Brasil, depois do trabalho escravo, posteriormente do século XX com a chegada de imigrantes para o trabalho na lavoura de café, em seguida os dados do IBGE de 2006, isso tem o objetivo de ilustrar a permanência da desigualdade no Brasil. Como também, gráficos com dados estatísticos a respeito da desigualdade social no Brasil com um tom denunciador da “pobreza,” “fome” com o intuito de esclarecer que no Brasil sempre existiu desigualdades sociais, e suas principais vítimas são o homem pobre negro, a mulher pobre negra.

O livro explica a partir de dados do IBGE que em 2006, 10 milhões de domicílios são considerados insalubres e devido a seu estado não tem condições mínimas para alguém viver com dignidade, estes são os cortiços, casebres, favelas, etc. Assim sendo, novamente o livro de Tomazi aborda uma pesquisa mais informativa do que uma pesquisa sociológica.

A unidade IV ilustra aos alunos um estudo sobre “Poder, Política e Estado” que é uma das questões da Ciência Política. A lógica que orienta esta unidade conduz os educandos a uma discussão histórica, esta inicia-se abordando a formação da modernidade decorrente da crise da sociedade feudal, a partir do século XIV. O livro apresenta o Estado Absolutista, no qual o poder está concentrado no Rei que tinha o domínio das atividades econômicas, além da responsabilidade de praticar a justiça, cuidar do contingente militar, ou seja, trata-se de um sistema de centralização política e administrativa.

O manual esclarece que de acordo com o pensamento liberal o Estado deve interferir nas atividades econômicas, discutindo a “mão invisível do mercado” como menciona Adam Smith, isto é, o trabalhador tem a liberdade de produção e circulação de mercadorias.

Posteriormente, o livro esclarece sobre o Estado fascista e o Estado soviético que teve origem no século XX, após o término do Estado liberal. Também é discutido o Estado do Bem-Estar Social, cuja função consiste na intervenção estatal nas atividades econômicas, para realizar investimentos e obras que proporcionem o bem-estar dos cidadãos. Sobre o Estado neoliberal, o livro afirma que este consiste em um Estado mínimo que determina e fiscaliza as

normas das atividades econômicas, em que os serviços públicos são privatizados. O que ilustra novamente a perspectiva histórica desta unidade.

Amparando-se numa discussão sociológica sobre o poder e o Estado, o autor introduz o estudo a partir do pensamento de Karl Marx, Émile Durkheim e Max Weber, com a finalidade de debater sobre o conceito de Estado para os referidos clássicos da Sociologia. Tomazi (2007, p. 106) menciona que num primeiro momento o Estado para Karl Marx constitui “uma entidade abstrata, em contradição com a sociedade.” Já para Durkheim significa um conjunto de interesses coletivos. E, para Weber refere-se a uma organização burocrática da sociedade.

Nesta mesma unidade, é apresentada uma discussão sobre democracia, representação e partidos políticos. O debate sobre Democracia tem o objetivo de discorrer sobre seu referido conceito, tendo como fundamento teórico Claude Lefort, segundo o qual, a democracia não é originada pela burguesia. O livro também destaca que, para existir uma prática democrática é necessário cumprir alguns critérios, por exemplo, eleições competitivas, direito ao voto, assegurar os direitos civis, políticos, controle efetivo das Instituições legais de segurança, repressão, como Forças Armadas, Poder Judiciário, etc. e para isso cita os autores Joseph Schumpeter, Giovanni Sartori, Robert Dahl, Adam Przeworski, Guilherme O’Donnell. Sobre a representação política Tomazi (2007,p. 109) cita Boaventura de Souza Santos, com o objetivo de discutir sobre a democracia representativa, a qual é “considerada internacionalmente como um regime político legítimo”.

Neste contexto, também é discorrido sobre o poder, política e o Estado no Brasil, em que, o livro argumenta toda a história política do nosso Estado, que é dividido em sessões, tendo início com os anos de 1500 a 1822, no qual destaca o Estado Absolutista e todas as decisões políticas sobre o Brasil, (antiga colônia de Portugal) tomadas pelo Rei Português.

Entre 1822 e 1889 a ênfase é da Independência à Republica, em que, existia um Estado imperial constitucional com os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e o poder Moderador exercido por Dom Pedro I. A República Velha, Estado Oligárquico de 1889 a 1930, no qual tinha como poder a política dos governadores e o coronelismo. O período Vargas 1930 a 1945 que é marcado pelos dois golpes de Estado. E a República com a marca de Vargas: O Estado Liberal de 1945 a 1964, em que, o livro destaca esse período com a nova Constituição em 1946 sendo observada como liberal, mas que aceitava a intervenção nas atividades econômicas.

O livro também discorre sobre a República dos generais de 1964 a 1985 e para isso apresenta um quadro com os governos deste período são eles: Marechal Castelo Branco; Marechal Costa e Silva; General Emílio Garrastazu Médici; General Ernesto Geisel; General João Baptista Figueiredo. Depois o manual ilustra uma discussão sobre a Democracia de 1985 até 2007, e mostra outro quadro com os governos deste período, o governo de José Sarney; Fernando Collor de Melo; Itamar Franco; Fernando Henrique Cardoso; Luiz Inácio Lula da Silva. Para finalizar esta unidade, é discutido sobre a Democracia no Brasil e segundo Tomazi a Democracia pode ser compreendida de diversas formas, o objetivo desta discussão é refletir a respeito das Regras Institucionais e a luta por direitos civis, políticos e sociais no Brasil.

Neste sentido, o livro apresenta um aparato histórico sobre o longo processo político que o Brasil percorreu e a idéia essencialmente é mostrar uma tradição política centralizadora, e autoritária como parte de nossa história e da formação do Brasil moderno. Não podemos nem devemos desconsiderar as importantes reflexões e definições levantadas nesta unidade. Mas a questão que surge e se sobressai nesse momento é: porque apresentar uma unidade com quatro capítulos que destaca uma maior perspectiva histórica do que sociológica? E porque não sugerir um exercício em que os alunos possam desenvolver a pesquisa sociológica sobre um dos assuntos abordado (por exemplo, a democracia) nesta unidade? visto que, segundo DIAS (2012) o atrelamento entre ensino e pesquisa no Ensino Médio é uma atividade que resulta em um avanço na aprendizagem, bem como, instiga a participação dos educandos nos assuntos referentes à sua própria comunidade.

A unidade V discute sobre “Direito, Cidadania e Movimentos Sociais.” A lógica desta unidade é explicar a relação entre os direitos e cidadania e como este processo ocorreu na história das sociedades, como também, discorrer sobre história dos movimentos sociais brasileiros. A tônica desta unidade é mostrar como a cidadania está relacionada ao surgimento dos Estados modernos, e exemplificar que os indivíduos devem conquistar e garantir seus direitos através dos movimentos sociais.

O manual exemplifica sobre a Revolução Francesa(1789) em que os direitos baseados na liberdade e igualdade tornaram-se universais. Nesta unidade Tomazi (2007, p. 135) também discute sobre a seguinte frase: “todos nascem livres e iguais.... mas nem tanto” e para isso se fundamenta nas teorias de Thomas Hobbes; John Locke; Jean- Jacques Rousseau. Neste sentido, a ideia geral é mostrar que, para Thomas Hobbes os homens são iguais e tem excessiva liberdade e devido a isso lutam uns contra os outros. Já para John Locke somente os

homens livres e iguais, ou seja, os que têm alguma propriedade podem fazer um pacto. Para Rousseau “todos devem ser iguais perante a lei”, pois todos têm os mesmos direitos.

O livro também argumenta sobre o conceito de cidadania e se fundamenta na teoria de Émile Durkheim a qual mostra que para o referido autor a cidadania está baseada no conceito de solidariedade orgânica originada pela divisão social do trabalho. Ou seja, quando um indivíduo realiza diferentes funções sociais, ele está agregado em uma sociedade, assim, seu papel como cidadão é cumprir seus deveres e desempenhar práticas sociais que gerem uma maior integração na sociedade.

Em seguida o manual cita T.H. Marshall para salientar que, o debate a respeito da cidadania teve início no século XVII e XVIII. E assim, o manual dá início a uma discussão sobre os direitos civis, políticos, e sociais. O livro retoma o conceito de cidadania e elucida que esta se divide em duas maneiras, formal que está presente nas leis e a real que vivemos no dia-a-dia. Cumpre destacar que, o conceito de cidadania é discutido tendo como referência autores clássicos que se debruçaram sobre o tema como Marshall, com isso se afasta de uma interpretação simplista do senso comum do que é cidadania.

Esta unidade também discute o conceito de movimentos sociais que segundo Tomazi significa (2007, p. 142) “ações coletivas com o objetivo de manter ou mudar uma situação”. Neste contexto, o livro esclarece sobre o conceito de greve, visto que esta é uma estratégia de realizar um movimento social. Com isso o manual dá início à definição de greve se fundamentando na teoria de Durkheim e de Karl Marx. Para Durkheim a greve desintegra a sociedade e para Marx se refere a um movimento reivindicatório por melhores condições de vida. Em seguida Tomazi(2007) argumenta sobre os novos movimentos sociais, fazendo referência ao movimento ambiental e o movimento feminista.

O término desta unidade apresenta um caráter histórico, e trata sobre os direitos e cidadania no Brasil, exemplificando a história da população brasileira, isto é, as relações políticas e sociais estabelecidas no Brasil. O livro elucida que na constituição de 1824 o direito ao voto era apenas aos homens acima de 25 anos e com renda de 100 mil réis. Posteriormente, o manual dá início à discussão sobre a Constituição de 1824 que estabelece como dever do Estado fornecer educação primária, mas isso não foi efetivado. Depois explica que a Constituição de 1891 retirou essa obrigação e a Educação se tornou privada, com a Constituição de 1946, o direito ao voto torna-se direito de todos os cidadãos a partir de 18 anos. E, com o governo de Getúlio Vargas foi efetuado o direito a férias remuneradas,

implementação do salário mínimo, a regulamentação do trabalho de menores e do trabalho feminino.

Assim, o livro explica que devido a ditadura em 1964 os direitos civis e políticos foram restringidos. E, com a Constituição de 1988 o Brasil apresenta uma legislação democrática que garante os direitos civis, políticos e sociais. Para finalizar esta unidade o manual discute sobre os movimentos sociais no Brasil e segue o seguinte esquema: passa pela Colônia, a Era Vargas; o golpe militar; e os movimentos sociais contemporâneos.

A unidade VI “Cultura e Ideologia” se refere a Antropologia, como seu próprio título vislumbra. Tomazi (2007) argumenta que as pessoas fazem usos do conceito de cultura e ideologia sem perceberem seus verdadeiros significados. A avaliação baseada no senso comum de que as culturas mais complexas são superiores e as culturas mais simples, estão atreladas a elementos ideológicos. Assim, o livro descreve o conceito de cultura e ideologia. Esta unidade apresenta a seguinte ordem: discorre sobre os conceitos de cultura e ideologia, a relação entre cultura e ideologia; cultura popular versus cultura erudita; incluindo noções de folclore; cultura híbrida; indústria de massa; cultura de massa; etnocentrismo; noções de hegemonia; violência simbólica; indústria cultural no Brasil.

Trata-se da parte mais conceitual do livro, os autores mobilizados nestes capítulos são: Edward B. Tylor; Franz Boas; Bronislaw Malinowski; Ruth Benedict; Margareth Mead; Claude Lévi-Strauss; William G. Summer; Alfredo Bosi; Francis Bacon; Auguste Comte; Karl Marx; Émile Durkheim; Antonio Gramsci; Pierre Bourdieu; Theodor Adorno; Walter Benjamin; Max Horkheimer. Sem descuidar as importantes reflexões destes autores, questionamos porque não discutir autores sociólogos brasileiros que abordem a temática desta unidade.

A unidade VII se refere a “Mudança e Transformação Social.” Esta discussão tem início com a concepção de mudança social para Auguste Comte. De acordo com Tomazi (2007, p. 203) “Auguste Comte acreditava que a mudança social estava situada na mente, na qualidade e quantidade de conhecimento sobre as sociedades”, com isso Comte discute sobre os três estágios do processo de evolução da sociedade.

A seqüência desta unidade é debater sobre as transformações sociais tendo como base teórica Karl Marx, Durkheim, Max Weber, passando pelo conceito de revolução que segundo Tomazi (2007, p. 211) significa “os grandes processos que alteram substancialmente a vida da

humanidade,” e também por algumas revoluções que acarretaram mudanças na sociedade, por exemplo, as Revoluções clássicas que são as Revoluções Inglesa, Francesa e Americana. Depois debate a respeito das experiências revolucionárias do século XX que faz referência a Revolução Mexicana, Revolução Russa de 1917, Revolução Chinesa, Revolução Socialista em Cuba.

E para finalizar esta unidade Tomazi (2010) discute sobre as transformações sociais no Brasil, como as duas revoluções no século XX que se refere a Revolução de 1930 que de acordo com Tomazi (2007, p. 224) “desembocou na tomada do poder por Getúlio Vargas e foi apenas uma mudança de grupos na estrutura de poder do Estado Brasileiro”. E, a Revolução de 1964 que, segundo Tomazi (2007, p. 224) “foi desencadeada por um golpe liderado pelos militares que derrubou o governo constitucional de João Goulart.” Com efeito, a mudança que essa Revolução promoveu foi o crescimento da população urbana, aumento da fabricação de produtos como roupas, eletrodomésticos, automóveis, expansão das comunicações telefônicas. Deste modo, o objetivo desta unidade é mostrar as transformações sociais que ocorreram nas sociedades, como também, ilustrar que a Sociologia surgiu como consequência da degradação do sistema feudal, e pelo surgimento da modernidade e que, essas mudanças decorrentes deste processo abalaram a estrutura da sociedade.

Observe-se a valorização dos saberes e explicações científicas da Sociologia no manual. No entanto, a partir da análise feita do livro percebemos que a apresentação da disciplina feita para os alunos do Ensino Médio não contempla a diversidade e a pluralidade das teorias e métodos do nosso campo científico. A Sociologia é recontextualizada de forma mais histórica, além disso o repertório das explicações e informações trazidas para os alunos são, em sua maioria, descontextualizadas da nossa região, o que dificulta a apreensão do conteúdo e até mesmo uma atitude mais investigativa da realidade local, por parte do aluno.

Segundo Silva (2006), a Sociologia quando retorna para os currículos, parte dos Cientistas Sociais, ao constatarem as dificuldades pedagógicas da disciplina no Ensino Médio, passaram a “rejeitar” os conteúdos clássicos, sobre os quais já havia acúmulo de conhecimentos, alegando que isso não seria interessante no Ensino Médio, que não seria adequado recontextualizar a formação do bacharelado no Ensino Médio. Nesse caso, pode estar ocorrendo uma sofisticada operação de descarte da Ciência nas Escolas, exatamente, no momento em que há expansão da disciplina.

Na verdade, a Sociologia é reinserida nos currículos tendo como pano de fundo a sua

contribuição para a cidadania. Isso é corroborado com a Lei de Diretrizes e Bases lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, a qual explica que a Sociologia tem a finalidade de formar cidadãos. O artigo 36, elucida que é necessário que os educandos apresentem domínio dos conhecimentos de Filosofia e Sociologia indispensáveis ao exercício da cidadania. Nesse sentido, o livro de Tomazi (2007) ilustra uma grande preocupação em seguir essa orientação, de maneira que acaba limitando o alcance dessa disciplina no cotidiano no aluno.

Nesta perspectiva, apesar deste livro ter sete unidades que corresponde a 22 capítulos, este não apresenta nenhum capítulo sobre os métodos e os tipos de pesquisas em Ciências Sociais, o que também mostra que o livro não privilegia os assuntos que correspondem a uma Sociologia científica. Assim, o livro de Tomazi não impregna nos educandos a convivência com os métodos e técnicas de pesquisa, sendo que, Demo (2009) argumenta que a pesquisa é de fundamental relevância para a descoberta de novos conhecimentos e a criação de alternativas para determinada questão.

De tal maneira, o Estado seleciona os conteúdos (através da escolha dos livros didáticos). E “Sociologia para o Ensino Médio” de Tomazi foi um dos livros que foi aprovado pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) 2012, que é um programa de avaliação que seleciona os livros que os educandos deverão estudar. Estes livros são aprovados pela equipe de coordenação especialista que, deverão analisar quais os livros que correspondem aos critérios deste programa.

Entretanto, os responsáveis pelo processo de seleção dos livros didáticos não é apenas o Estado, mas também os professores. Vale salientar que o primeiro livro adotado pela Rede de Ensino Estadual da Paraíba foi o livro “Sociologia para o Ensino Médio: Introdução à uma ciência da sociedade”, de Cristina Costa, este não foi submetido a seleção do PNLD devido a implantação não coincidir com o processo de escolha do livro. Este manual aborda a Sociologia científica, entretanto, os professores do Ensino Médio descartaram esse livro, alegando que a linguagem era difícil¹. De tal maneira, o problema é que não havia uma discussão consolidada sobre a avaliação dos livros didáticos, ou seja, ainda está em andamento os debates sobre a avaliação dos manuais.

3.2 TEMPOS MODERNOS, TEMPOS DE SOCIOLOGIA.

¹Vale lembrar que a maioria dos professores do Cariri Ocidental Paraibano que ensinam a Sociologia não são formados na área, segundo a pesquisa realizada em 2010 através do projeto Conexões de Saberes com o subprojeto *Curso de Metodologia do Ensino de Sociologia no Ensino Médio* que contou com alguns professores e alunos bolsistas da UFCG-CDSA, da qual fiz parte.

A obra destaca-se, dentre as demais pelo uso do cinema como metodologia pedagógica, ou seja, faz uso de cenas do filme Tempos Modernos como roteiro para as reflexões sociológicas.

O livro é dividido em três partes, composto por 20 capítulos (ver no quadro 2) partindo do que é Sociologia, seu surgimento, passando pelos clássicos (Durkheim, Max Weber e Karl Marx) pelas três áreas das Ciências Sociais- Sociologia, Antropologia e Ciência Política como também discussões sobre a Sociologia no Brasil. Contudo assim, como no manual de Tomazi, o livro Tempos Modernos Tempos de Sociologia também não apresenta nenhum capítulo sobre os Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais, o que se contradiz com o pensamento de Freire (1996) no qual mostra que os educadores necessitam acoplar ensino e pesquisa, pois para ensinar é necessário fazer pesquisa e quem pesquisa precisa ensinar.

Quadro 2 Índice de Tempos Modernos, Tempos de Sociologia organizado por Helena Bomeny e Bianca Freire Medeiros.	
<p>Parte I: A aventura sociológica Capítulo I- O que é Sociologia?</p> <ul style="list-style-type: none"> • Temas antigos, nova linguagem. • Uma ciência Jovem. • Roteiro de viagem. <p>Capítulo 2- O nascimento da Sociologia.</p> <ul style="list-style-type: none"> • A chegada dos “tempos modernos.” • E antes, como era? • O comércio e as cidades. • O século das Luzes e as grandes revoluções modernas. • A vez da indústria. • Afinal, para onde a razão nos conduziu? • Testando seus conhecimentos. <p>Parte II: A Sociologia vai ao cinema Capítulo 3- O apito da fábrica.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Em cena: Na linha de montagem. • Apresentando Émile Durkheim. • Solidariedade e coesão. • Direito e anomia. • Ética e mercado. • Testando seus conhecimentos. <p>Capítulo 4- Tempo é dinheiro!</p> <ul style="list-style-type: none"> • Em cena: A máquina de alimentar. 	<p>Capítulo 11- Caminhos abertos pela Sociologia.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Em cena: A realidade do sonho. • Um mapa imaginário. • Um sarau imaginário. • A estrada aberta e outros caminhos possíveis. • Testando seus conhecimentos. <p>Parte III: A Sociologia vem ao Brasil.</p> <p>Capítulo 12- Brasil mostra a tua cara!</p> <ul style="list-style-type: none"> • Caras e caras. • A mancha nacional. • Tudo virando urbano. • As muitas famílias. • Leitura complementar. • Testando seus conhecimentos.

<ul style="list-style-type: none"> • Apresentando Max Weber. • Os caminhos da racionalidade. • As máquinas modernas • O tempo mudou? • Mudanças e resistências. • O protestantismo e o “espírito” do capitalismo. • O mundo desencantado • Testando seus conhecimentos. Capítulo 5- A metrópole acelerada • Em cena: o surto e o manicômio. • Apresentando Georg Simmel. • Tempos nervosos • A cultura subjetiva e a cultura objetiva • Testando seus conhecimentos. Capítulo 6- Trabalhadores, uni-vos! • Em cena: Comunista por engano. • Apresentando Karl Marx. • Da cooperação à propriedade privada. • As classes sociais. • Teoria e prática • Testando seus conhecimentos. Capítulo 7- Liberdade ou segurança? • Em cena: Os confortos da cadeia. • Apresentando Alexis de Tocqueville. • Quando a liberdade é ameaçada. • O Novo Mundo e o sonho da liberdade. • O Velho Mundo e suas contradições. • Livre na prisão. • Testando seus conhecimentos Capítulo 8 – As muitas faces do poder • Em cena: A garota órfã. • Apresentando Michel Foucault • Curar e adestrar, vigiar e punir • Os corpos dóceis e o saber interessado. • Indivíduos e populações. • Testando seus conhecimentos. Capítulo 9- Sonhos de civilização. • Em cena: Lar, doce lar. • Apresentando Norbert Elias. • As sociedades reveladas. • Um manual que virou catecismo. • Julgar os outros pelo próprio ponto 	<p>Capítulo 13- Quem faz e como se faz o Brasil.</p> <ul style="list-style-type: none"> • A Sociologia e o mundo do trabalho. • Começamos mal, ou o passado nos condena? • O mercado de gente. • Trabalho livre: libertos e imigrantes. • Trabalhadores do Brasil. • E as mulheres, e as crianças? • Leitura complementar. • Testando seus conhecimentos. Capítulo 16- Desigualdades de várias ordens. • Brasil, país das desigualdades? • Oportunidades iguais, condições iguais? • Onde estão e como vão as mulheres no Brasil. • Todos iguais ou muito diferentes? • Preto na pele ou preto no sangue? • Leitura complementar • Testando seus conhecimentos Capítulo 17- Participação política, direitos e democracia. • A vida escrita de um país. • De volta á democracia • Democracia se aprende, cidadania também. • Cidadãos de que classe? • Leitura complementar
--	--

<p>de vista.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Testando os conhecimentos. Capítulo 10- Sonhos de consumo • Em cena: Na loja de departamentos. • Apresentando Walter Benjamin. • A capital do século XIX. • Um mundo em miniatura. • Ilusões e realidades de arte e da tecnologia. <p>Testando seus conhecimentos.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Testando seus conhecimentos. Capítulo 18- Violência, crime e justiça no Brasil • Pobreza gera violência? • Sociabilidade violenta • Um problema de todos nós. • Leitura complementar. • Testando seus conhecimentos. Capítulo 19- O que consomem os brasileiros? • Padrões de consumo • O consumo de bens culturais • O que vai à mesa? • Públicos consumidores e campanhas publicitárias. • Leitura complementar. • Testando seus conhecimentos. Capítulo 20- Interpretando o Brasil. • Refletindo sobre nós mesmos. • Civilizados ou cordiais? • O Brasil e seus dilemas. • Missão (quase) impossível. • Leitura complementar. • Testando seus conhecimentos.
--	--

Fonte: Livro Didático.

A parte I “Aventura Sociológica,” mais precisamente o capítulo 1 “O que é Sociologia”, faz uma abordagem rápida sobre os principais objetivos da Sociologia, ilustrando que a Sociologia é uma Ciência jovem, uma Ciência da sociedade que, surgiu na segunda metade do século XIX, nesta parte do livro as autoras também mencionam que pretendem

desenvolver em todo o livro, a imaginação sociológica e o pensamento crítico dos leitores através da associação entre as cenas do filme *Tempos Modernos* e os assuntos sociológicos.

O capítulo 2, “O Nascimento da Sociologia”, o manual apresenta aos alunos como aconteceu o surgimento da Sociologia, para isso discute sobre a Idade Média, século V indo até a Idade Moderna. O livro adota a seguinte ordem: inicia exemplificando as transformações ocorridas a partir da Idade Média, em que Deus era a explicação para os acontecimentos da sociedade, passando pelo Renascimento que floresceu no século XV, XVI no qual os indivíduos acreditavam que Deus tinha colocado o homem no centro do universo, ilustrando também grandes nomes como Leonardo da Vinci e Michelangelo.

Enfatiza as Revoluções Científicas, século VXI, VXII, as quais caracteriza-se pelo uso da razão para atingir o conhecimento e o Iluminismo, século XVI, XVII, onde ocorreu um movimento com idéias que defendiam a liberdade de pensamento e o livre curso da razão humana. Neste momento, o livro cita os principais idealizadores do Iluminismo, John Locke, Montesquieu, Voltaire e Jean Jacques Rousseau.

Em seguida, o livro apresenta uma breve explicação sobre as Revoluções do Século XVIII, a Revolução Francesa (1789) na qual tinha como lema Liberdade, Igualdade e Fraternidade, e a Revolução Industrial que propiciou um enriquecimento econômico. E, para finalizar a discussão sobre o surgimento da Sociologia o livro aborda uma breve explicação sobre o Capitalismo, em que tem como principal base a propriedade privada e a existência de um mercado com transações monetárias. A tônica desta parte I, de modo geral é demonstrar que estas Revoluções mudaram a estrutura da sociedade e, assim, a Sociologia surge com um desafio de compreender as mudanças ocorridas nas sociedades.

A parte II “A Sociologia vai ao Cinema,” utiliza como recurso metodológico o filme “*Tempos Modernos*.” A lógica que orienta esta parte II é um resumo de uma cena do referido filme, e a discussão de alguns temas e conceitos dos clássicos da Sociologia. Assim, o capítulo 3 “O apito da fábrica” mostra um resumo sobre a cena do filme nomeada na linha de montagem, e depois expõe uma breve bibliografia sobre Émile Durkheim, debatendo também sobre o conceito de fato social. No entanto, não há uma discussão sobre a metodologia de Durkheim. Na sequência, é exemplificado o conceito de solidariedade mecânica que faz referência às sociedades simples, em que tem um nível de coesão altíssimo e a solidariedade orgânica que diz respeito às sociedades complexas, onde existe um individualismo exacerbado.

No capítulo 4 “Tempo é Dinheiro,” é exibido a cena do filme: Tempos Modernos, intitulado a máquina de alimentar, o livro relaciona esta cena com a sociedade moderna, na qual visa o lucro. Neste sentido, é exposto uma sinopse desta cena do filme, ilustrando o pensamento de Max Weber e exemplificado seu conceito de racionalidade que é a principal característica das sociedades modernas. O manual apresenta uma breve discussão de um dos livros de Weber, “A ética Protestante e o Espírito do Capitalismo,” também é abordado um debate sobre o mundo desencantado, em que, segundo Weber, a ciência retira a magia do mundo, tudo é desencantado, isto é, a explicação para os fatos deixaram de ser religiosas e passaram a ser explicadas pela razão.

O capítulo 5 “A Metrópole Acelerada,” explica uma sinopse sobre a cena do filme nomeada, “o Surto e o Manicômio”, o livro mostra um autor que ajudará a entender esta cena: Georg Simmel, este analisa o ambiente urbano e a personalidade das pessoas. Deste modo, elucida sobre sua bibliografia e debate sobre seu conceito de modernidade, na qual transformou o ritmo da produção, alterou o ritmo das ruas, das cidades e conseqüentemente das pessoas. Neste capítulo, também é discutido brevemente sobre o conceito que Simmel formulou, a intensificação de vida nervosa, ele salienta que, isso ocorre devido a aceleração do cotidiano, ou seja, quando as pessoas são obrigadas a manter um ritmo acelerado de produção.

O capítulo 6 “Trabalhadores, Uni-vos!”, segue o mesmo esquema, aborda uma sinopse da cena do filme nomeada de Comunista por engano, ilustra a bibliografia de Karl Marx e Friedrich Engels. A idéia é basicamente debater sobre o conceito de cooperação definida de acordo com o pensamento marxista. Marx menciona que os indivíduos são animais sociais, pois sempre dependem da cooperação uns dos outros aborda também o conceito de classes sociais, a narrativa é bem conhecida o proletariado que é a classe operária e a burguesia que detém os meios de produção.

Sobre o Socialismo, o estudo gira em torno de seu surgimento, objetivo e os países que implantaram esse Regime político, a Rússia, China, Cuba alguns países africanos e outros do Sudeste Asiático. O principal objetivo é apresentar o Socialismo na concepção de Marx e Engels como sendo capaz de substituir o Capitalismo através de uma Revolução realizada pelos trabalhadores, em que esse Regime político transformaria a estrutura da sociedade.

Para encerrar este capítulo, o livro explica rapidamente sobre o comunismo, e o objetivo desta discussão é mostrar que, o comunismo seria decorrência histórica do

Socialismo. Assim, com a demolição do Capitalismo o Estado apoiaria os trabalhadores a organizarem a vida social, que seria dividida por comunidades específicas através da cooperação, de tal modo, que o Estado perderia sua importância e atingiria o comunismo. A intenção deste capítulo é mostrar que, a saída, segundo Karl Marx, para acabar com a exploração contra os operários, (e contra Carlitos no filme) seria a Revolução e isso é perceptível no próprio título do capítulo “Trabalhadores, uni-vos!”

“Liberdade ou Segurança” este é o tema do capítulo 7, que constitui a parte dedicada a Ciência Política e adota a mesma seqüência de estudo: trata do resumo da cena do filme chamada os confortos da cadeia e expõe a bibliografia de Alexis de Tocqueville. A lógica deste capítulo é debater resumidamente sobre a Revolução Francesa, passando para a Democracia. O objetivo dessa discussão é ilustrar que, através da Revolução Francesa foi criada a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão que, foi a causa do surgimento da Democracia moderna.

O dilema Tocqueviliano é tentar combinar igualdade com liberdade, e para o referido autor a democracia deve estar fundamentada na liberdade, entretanto, este fundamento está ameaçado. Neste sentido, o objetivo deste capítulo é exemplificar que, as pessoas preferem trocar a segurança pela liberdade, pois segundo Bomeny e Medeiros (2010,p.76) na modernidade e principalmente nas “metrópoles os cidadãos trocam a liberdade das ruas pela segurança do condomínio fechado e do shopping center.”

“As muitas Faces do Poder” é o capítulo 8 deste livro, a estratégia é a mesma, inicia com um resumo de uma cena do filme intitulada, a garota órfã, daí passa para a bibliografia de Michel Foucault. Bomeny e Medeiros (2010, p.90) explanam que, Foucault estudou a relação entre verdade e poder, isto é, as pessoas são submetidas “pelo poder à produção da verdade e só podemos exercer o poder mediante a produção da verdade (...) nós estamos acostumados a pensar a verdade como independente do poder porque acreditamos que ela de nada depende, é única e absoluta.” A finalidade deste capítulo é exemplificar que, Foucault analisou diversas instituições de controle, entre elas os abrigos, como o que a órfã do filme “Tempos Modernos” foi enviada, e as prisões na qual Carlitos do filme ficou preso.

O intuito deste capítulo também é explanar que, conforme Foucault, a fábrica como a que Carlitos trabalhava retratava a estrutura de prisões, pois separa os indivíduos e os inserem sob um rigoroso sistema de vigilância, deste modo, para o referido autor tanto as prisões, como as escolas, o hospital, o abrigo estabelecem relações de saber e poder.

O capítulo 9 “Sonhos de Civilização,” constitui a parte dedicada a Antropologia. Na seqüência aborda um resumo da cena do filme chamada de lar, doce lar passando pelo pensamento de Norbert Elias. A idéia que prevalece nos estudos de Norbert Elias apresentada neste livro, é que, as manifestações artísticas, culinárias, o modo de se lidar com as alegrias, com o sofrimento divulga o tipo de cultura presente na sociedade.

O objetivo deste capítulo é, discorrer sobre o conceito de etnocentrismo tendo como fundamento teórico Everardo Rocha. O etnocentrismo, significa qualificar a cultura, o grupo, o país do outro como inferior. O livro de Bromeny e Medeiros (2010, p.102), ilustra que o etnocentrismo ocorre quando “o nosso próprio grupo é tomado como centro de tudo, e todos os outros são pensados e sentidos através dos nossos valores, nossos modelos, nossas definições do que é existência.” Nesta perspectiva, ao discorrer sobre o etnocentrismo, as autoras mostram que, a atitude etnocêntrica é desvalorizar o que é diferente da nossa cultura, no qual nós acabamos considerando bárbaro o que não é civilizado, e assim, só consideramos civilizado que nos é comum, o que faz parte da nossa cultura.

“Sonhos de Consumo” é o tema do capítulo 10 deste livro. A seqüência é apresentar uma sinopse sobre a cena do filme, nomeada na loja de departamentos, em seguida a análise de Walter Benjamin que aborda as “passagens” que são galerias parisienses do século XIX que estimulavam o desejo de consumo das massas urbanas. Walter Benjamin analisa as “passagens” no qual se refere ao ambiente, onde ocorriam às trocas materiais e culturais, em que se expõe os produtos materiais, freqüentados principalmente pelas mulheres da classe média e das elites.

Neste sentido, o livro de Bromeny e Medeiros(2010) faz a seguinte reflexão:

Quantas vezes nos recusamos a usar uma peça de roupa ainda em bom estado só porque ela saiu de moda? Quantas vezes descobrimos que simplesmente não podemos viver sem aquele novo modelo de celular que nem sabíamos que existia até depararmos com ele em uma vitrine? (...) e muitas vezes vamos ao shopping center só para nos distrair ou relaxar e acabamos, geralmente, comprando (...) acabamos consumindo quando a intenção era passear. (Bromeny e Medeiros 2010,p.113)

Assim, o objetivo desta reflexão é explicar, que muitas pessoas têm capital necessário para consumir e acabam consumindo de modo exagerado, entretanto, devido ao sistema Capitalista, muitos indivíduos não têm condições de consumir e apenas sonham com o consumo.

O debate sobre “as passagens” busca evidenciar que estas impunham a ideologia do consumo. Como também, apresentar uma breve discussão sobre o Capitalismo para elucidar que este sistema é desigual e egoísta e que, muitas pessoas apenas sonham em consumir, como Carlitos e a garota órfã do filme, como o próprio título deste capítulo deixa entrever: “Sonhos de consumo”.

Para encerrar a parte II é apresentado o capítulo 11 “Caminhos abertos pela Sociologia” a lógica que segue este capítulo é a seguinte: parte do resumo sobre a cena do filme nomeada de “Realidade do Sonho”, passando pelo “mapa imaginário”, onde discorre sobre os problemas da vida social em sociedade relacionando com o filme “Tempos Modernos.” Daí segue para um “saral imaginário,” no qual ilustra a imagem dos autores discutidos nos outros capítulos desta unidade, Karl Marx; Alexis de Tocqueville; Max Weber; Émile Durkheim; Norbert Elias; Georg Simmel; Walter Benjamin; Michel Foucault.

Neste sentido, o livro expõe um saral com todos estes teóricos discutindo sobre a vida moderna, para Karl Marx esta se desenvolveu , teve o progresso da ciência e da tecnologia, entretanto, esse desenvolvimento, não foi para todos os membros da sociedade, mas para uma minoria, ou seja, a sociedade moderna foi dividida em classes. A burguesia com o capital e os operários com a força de trabalho, e o modo de acabar com essa desigualdade seria a Revolução.

Sobre a sociedade moderna, Max Weber faz uma reflexão a respeito da maneira como emergiu uma ética que serviu para o trabalho, para a organização da produção. O pensador alemão se aprofundou em estudar como as crenças e os valores orientam os indivíduos em seus ambientes de trabalho, em seu comportamento na vida.

Na sociedade moderna, muitos autores acreditam que a economia explica a vida social, sobre isso o livro explana a concepção de Durkheim, no qual o mesmo argumenta que, se o interesse econômico prevalecer entre os indivíduos não haverá sociedade. Conforme o referido autor, se os seres humanos não confiarem no benefício das ações coletivas, não interagirem uns com os outros, a sociedade estará em anomia, com ausência de normas, assim, Durkheim afirma que, uma das maneiras das pessoas criarem laços, é através da Religião, dos rituais, da cultura.

A parte III “Sociologia vem ao Brasil”, dedica-se as interpretações sociológicas brasileiras. Para iniciar a apresentação do Brasil, o livro utiliza a literatura através da

mobilização de Miguel Souza Tavares em que, observa o Brasil como o “gigante adormecido,” “o país em convulsão,” como também Roberto Da Matta para mostrar que, “O Brasil não é para principiantes.” Isto é, o Brasil não cabe em uma fórmula, não se limita apenas a uma teoria.

O capítulo 12 “Brasil, Mostra a Tua Cara!” apresenta uma nova seqüência de estudos: apresenta dados sobre a população brasileira se baseando em informações do IBGE, no qual elucida que a população brasileira tem aproximadamente 189 milhões de habitantes distribuídas entre as cinco regiões do Brasil, Norte, Nordeste, Sul, Sudeste e Centro-Oeste.

As regiões brasileiras têm condições geográficas diferentes, ou seja, níveis desiguais de desenvolvimento econômico e social. Bromeny e Medeiros (2010, p. 134) explana que de acordo com o IBGE, com dados de 2002, “metade do Produto Interno Bruto (PIB) nacional estava então concentrada em apenas 1,3% dos municípios brasileiros. Ou seja, dos 5565 municípios, apenas setenta concentravam a metade da riqueza produzida no país.”

Este capítulo mostra também a necessidade de abordar a qualidade de vida dos brasileiros e isso é feito através do indicador nomeado de Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), no qual elucida como um país distribui sua renda, cuida da saúde e educação. Nesta perspectiva, explica que as regiões mais pobres têm um número mais elevado de analfabetismo, do que os das regiões desenvolvidas, assim, o livro explana sobre o analfabetismo funcional que embora as pessoas saibam juntar as letras, não consegue interpretar, compreender um texto. No intuito de fazer com que, os alunos reflitam sobre esta disparidade na educação, principalmente na área urbana e rural, o livro mostra a partir de dados do IBGE, que o percentual de analfabetismo no campo é de 42,9% e na área urbana é de 17,8%.

“Quem faz e como se faz o Brasil” é o capítulo 13 deste livro, a lógica que orienta este capítulo encaminha o aluno para uma discussão sociológica e histórica. A sociológica tem início pelo debate em torno do conceito de trabalho, tendo como fundamento o pensamento durkhiemiano. Depois, o conceito de formal e informal. O trabalho formal é, regulado por regras, como assinatura da carteira de trabalho, salário correspondente ao número de horas de trabalho, direito a férias, 13º salário, etc, e de acordo com o IBGE, apenas 47,2% da população tem um trabalho formal.

O trabalho informal é caracterizado pela ausência de documentação legal nas atividades praticadas pelas pessoas, por exemplo, feirantes, camelôs, etc. e segundo o IBGE estes formam 52,8% da população brasileira. A parte histórica tem início com a explicação sobre a história do Brasil, em que, o principal trabalho no período colonial era a escravidão. O livro elucida que isso teve princípio quando os índios foram capturados pelos portugueses, para trabalhar na extração do pau-brasil, que seria vendido no mercado internacional.

Assim, o livro discorre a respeito de toda a exploração dos portugueses sobre os índios, do trabalho escravo na cana-de-açúcar e na produção de café, ilustra que o Brasil se tornou um “mercado de gente,” ou seja, o Brasil comprava e vendia pessoas para o trabalho escravo. Deste modo, o livro expõe uma tabela que, exibe o número de escravos em cada período, no século XVI foram 714 escravos por ano, no século XVII 5600 escravos, século XVIII 16100 escravos de 1780 a 1850 30100 escravos, estes dados tem o objetivo de fazer com que, os alunos reflitam sobre a forma desumana de trabalho praticada no Brasil.

Nesta perspectiva, este capítulo discute que a abolição da Escravatura ocorreu em 13 de maio de 1888 e para debater sobre o trabalho livre mobiliza o sociólogo brasileiro Florestan Fernandes, que esclarece a desigualdade que os negros sofreram, mesmo após sua libertação, assim, os negros teriam de enfrentar os preconceitos que ficaram enraizados na sociedade. Neste momento, o livro apresenta um avanço em relação aos livros de Tomazi (2007) e Ramalho(2012), na medida em que traz uma discussão sobre o processo de colonização e escravização utilizando pensadores brasileiros que pesquisaram esta temática.

Este capítulo também discorre sobre o período da Primeira República (1889-1930, passando pelo governo de Getúlio Vargas de 1930 a 1945 e depois de 1951 a 1954, ilustrando que, este político ficou conhecido como “o pai dos pobres” o que criou a carteira de trabalho e assinou a Consolidação das Leis do Trabalho em 1º de maio de 1943. E para encerrar este capítulo é discutido sobre a situação das mulheres e das crianças no mundo do trabalho, isto é, sobre a luta por seus direitos, ilustra que a Constituição de 1988 instituiu a igualdade de direitos e deveres entre homens e mulheres.

O capítulo 14 “O Brasil ainda é um País Católico?” este capítulo parte inicialmente da explicação de porque estudar o tema Religião na disciplina de Sociologia, e para isso mobiliza Max Weber, o qual afirma que, entender as religiões é uma forma de compreender as sociedades, desta maneira, para entender como os seres humanos e os grupos orientam suas

ações, como se comportam em sociedade, é necessário compreender qual é sua crença religiosa.

O objetivo deste capítulo é discutir sobre as religiões no Brasil desde a chegada dos portugueses ao Brasil, em 1500 até os anos 2000 tendo como base os dados do IBGE, para que os alunos, possam concluir se o Brasil ainda é ou não um país católico. Nesse sentido, ressalta quais são as religiões que tem mais adeptos, que são: Cristianismo, com 2,1 bilhões de fiéis; Islamismo com 1,3 bilhões de seguidores; Hinduísmo com 850 milhões de fiéis; Budismo com 300 milhões de participantes.

O livro elucida que os séculos se passaram, mas ainda existe o predomínio da religião Católica no Brasil, com isso expõe uma tabela sobre as religiões no Brasil de 1940 a 2000, sua finalidade é ilustrar que, as religiões mais seguidas pelos fiéis, em primeiro lugar é a católica, em segundo lugar os Evangélicos, em terceiro os Espíritas, em quarto os Afro-brasileiros, em quinto lugar outras religiões e em sexto lugar os sem religião.

Este capítulo apresenta o sociólogo Roger Bastide que argumenta de maneira breve, sobre as religiões afro-brasileiras, depois discute sobre a Constituição de 1824 no qual declarava que a religião Católica era a oficial do Império.

No entanto, Bromeny e Medeiros (2010, p. 173) afirmam que, na Constituição de 1988 “não há mais menção a uma religião oficial, mas o assunto também não é ignorado (...) o Estado brasileiro é leigo, somos uma nação teísta, que acredita em Deus como ser supremo.” De modo geral, o intuito deste capítulo é discutir sobre a história da Religião no Brasil e mostrar que, de acordo com os dados do IBGE, o Brasil é um país predominantemente cristão e a soma dos percentuais dos católicos e dos evangélicos equivale a 90% da população brasileira que pratica alguma modalidade de cristianismo.

O capítulo 15 “Qual é a sua Tribo?” tem como objetivo discorrer sobre as tribos urbanas com seus aspectos arcaicos e tecnológicos. Estas tribos se referem aos grupos urbanos que são unidos pela identificação cultural, religiosa, sexual, esportiva, através do Orkut. O livro elucida que existem diversas tribos urbanas, que se distinguem tanto por quesitos visuais como por padrões de consumo, por exemplo, emos, patricinhas, pitboys, darks, grunges, punks, surfistas, metaleiros, e a orientação teórica para esta afirmação é do sociólogo chamado Zigmunt Bauman.

Na seqüência, o capítulo expõe um questionamento: se essas tribos urbanas são identificadas pela sua identidade ou identificação? As autoras recorrem a Michel Maffesoli para explicar que essas tribos não são definidas pela identidade, pois a identidade é estável, mas são definidas pela identificação que significa relações informais entre os indivíduos, isto é os seres humanos podem pertencer a vários grupos, a diversas tribos.

Observa-se que a finalidade é exemplificar que as tribos urbanas mesclam aspectos arcaicos, como elementos da religião, tradição, etc, como também, aspectos da modernidade, como tecnologia, desenvolvimento científico. Assim, este capítulo contextualiza com a realidade dos educandos e instiga a curiosidade dos mesmos, pois leva-os a refletirem sobre as tribos as quais pertencem.

O capítulo 16 “Desigualdade de Várias Ordens” tem como objetivo, elucidar as desigualdades no Brasil, sejam desigualdade de renda, de gênero e racial. Nesta perspectiva, sobre a desigualdade de renda o livro mostra que, as famílias de maior renda podem oferecer aos seus filhos uma Escola particular de melhor qualidade que, terão mais oportunidade de trabalho e conseqüentemente receberão melhores salários.

Sobre as desigualdades de gênero o capítulo explica que, a divisão das tarefas domésticas entre o sexo feminino e masculino é uma desigualdade, visto que, as mulheres são responsáveis por quase todas as funções domésticas. A orientação para esta afirmação é o IBGE no qual apresenta que, 71,5 milhões mulheres realizam os afazeres de casa, enquanto apenas 37,7 milhões de homens realizam esse tipo de tarefa.

A discussão sobre desigualdade racial tem a orientação teórica de Gilberto Freyre que, afirma que a população brasileira tem uma mistura da raça: portuguesa, índia e negra, promovendo a miscigenação. Oracy Nogueira, que defende que o preconceito racial, é uma atitude desfavorável em relação aos membros de uma sociedade e Florestan Fernandes que defendia que essa desigualdade de raça seria conseqüência da posição de classe que, os negros se encontraram depois da escravidão.

O objetivo, de modo geral, é mostrar que o Brasil é um dos países mais desiguais do mundo, e apesar de algumas intervenções políticas, as desigualdades prosseguem e se multiplicam. A discussão das autoras é bastante pertinente se considerarmos que a abordagem da desigualdade não se restringe só à econômica, mas aborda a questão de gênero e raça. E

esta última é explicada a partir de autores brasileiros, ou seja, os alunos já entram em contato com a Sociologia brasileira no Ensino Médio.

O capítulo 17 “Participação Política, Direitos e Democracia” dedica-se principalmente a discussão sobre a cidadania e é um dos maiores capítulos deste livro. Este debate está presente neste livro, assim como, no livro de Tomazi. O livro discorre sobre as Constituições brasileiras: A Constituição de 1824, em que foi outorgada por Dom Pedro I e não considerava os escravos cidadãos; a Constituição de 1934 tratou dos direitos sociais, e estabelecendo o Ensino Primário gratuito; Carta de 1937 Outorgada por Getúlio Vargas suspendeu as liberdades civis e sustentou os direitos sociais; Constituição de 1946 que, retornou as liberdades civis e o voto tornou-se obrigatório para os brasileiros alfabetizados maiores de 18 anos; Constituição de 1967 que ampliou os poderes executivos; Constituição de 1988 que representou a volta dos direitos civis e políticos e a extensão dos direitos sociais.

Este capítulo, explica sobre o regime militar, ilustrando uma tabela com os presidentes militares, elucidando Tancredo Neves que apresentou um projeto de emenda constitucional que tinha a finalidade de assegurar eleições diretas para presidente, no entanto, essa emenda não foi aceita pela Câmara de Deputados, passando pela Constituição de 1988 que é refletida com base em duas questões: o processo que a culminou, as “Diretas Já” que reivindicava as eleições diretas para a Presidência da República, e a Constituição de 1988, como representação da cidadania.

Depois o livro faz uma longa discussão sobre o conceito de cidadania e para isso mobiliza T.H. Marshall, passando para o debate em torno do conceito de Democracia que tem como fundamentação teórica Norberto Bobbio. A finalidade do manual é explicar que, com a Constituição de 1988 o Brasil avançou nos direitos políticos, pois ampliou o direito ao voto aos analfabetos e aos jovens de 16 anos, e progrediu nos direitos sociais, em que, toda a população tem direito de estudar em Escolas. Desta maneira, conforme Marshall, a Educação é um direito social que, é essencial para o desenvolvimento dos demais direitos.

O capítulo 18 “Violência, Crime e Justiça no Brasil” esclarece aos alunos que, as concepções de justiça, violência e os atos criminosos são elementos da realidade social, e estes podem ser alterados no decorrer do tempo. Seguindo a ordem do manual, as autoras primeiramente discutem sobre humanização e a racionalização dos processos penais tendo como orientação teórica Michel Foucault. Isto se refere ao fato da Justiça ter deixado de

executar suas atividades em praça pública, para realizá-las nos tribunais, assim, os criminosos não seriam mais esquartejados, mas levados as prisões.

Depois, o livro expõe uma pesquisa realizada pela antropóloga Alba Zaluar seu objetivo é explicar que a violência no Brasil não está associada à pobreza, isto é, o fato do indivíduo ser pobre não significa que, ele seja uma pessoa violenta. É interessante a preocupação de expor pesquisas realizadas no Brasil, visto que segundo Pereira (2009) trata-se de um recurso relevante para o Ensino e principalmente para a disciplina de Sociologia, pois ela desenvolve o pensamento críticos dos alunos, como também, pode estimular uma atitude investigativa procurando o entendimento da sociedade. Nesse caso, a pesquisa pode provocar uma desnaturalização da violência, já que pobreza não é sinônimo de ser violento.

Neste sentido, a pesquisa da antropóloga mostra que o problema da violência, o crescimento da criminalidade, está associado a impunidade penal, ou seja, o fato do indivíduo saber que, se cometer um crime não irá preso. Para finalizar esta discussão, as autoras deste livro, apresentam aos alunos o conceito de Estado para Max Weber, o objetivo de discutir sobre esse conceito é mostrar que, somente o Estado tem o direito de empregar a violência.

O capítulo 19 “O que consomem os Brasileiros” tem início com um item menos conceitual, e seu objetivo é mostrar aos alunos que, todos os indivíduos praticam algum padrão de consumo e isso está relacionado a cidadania, pois como ilustra o livro uma pessoa que não é alfabetizada, que não teve direito a Educação (direito social) mesmo que tenha condições financeiras de ir ao cinema, não conseguirá ler as legendas de um filme estrangeiro.

Na seqüência, o livro ilustra uma Pesquisa de Orçamento Familiar (POF) realizada através dados do IBGE, que trata do perfil de consumo, da família brasileira, esta pesquisa, apresenta dados sobre, como e quando, as famílias se alimentam, estudam, divertem, etc. E explana, também, outra pesquisa feita por alunos do curso de graduação em Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e trata da opinião de cariocas da Zona Sul sobre a cultura, e os equipamentos culturais. A técnica de pesquisa utilizada foi o grupo focal, em que, o livro de maneira breve explica o que significa o grupo focal.

Aqui podemos observar um avanço em relação à discussão sobre pesquisas, já que além de fundamentar os temas com pesquisas, traz também técnicas de coleta de dados. Isso é de extrema relevância, pois segundo Ivani Fazenda (2010) é importante a junção entre

pesquisa e ensino, pois isso contribui para uma Educação de qualidade, como também, possibilita práticas interdisciplinares.

Ainda que, identificamos esse avanço no livro “Tempos Modernos Tempos de Sociologia,” vale ressaltar que a discussão sobre grupo focal ainda é insipiente, ou seja, não é suficiente para que, os alunos do Ensino Médio compreendam essa técnica. Não há um capítulo específico sobre os métodos e os tipos de pesquisas em Ciências Sociais, assim, como no livro de Tomazi.

No capítulo 20 “Interpretando o Brasil,” a intenção, como se pode depreender da análise deste capítulo é mostrar que, alguns intelectuais interpretaram os hábitos, costumes, a identidade dos brasileiros. Daí o livro mobiliza Sérgio Buarque de Holanda que, defende que os brasileiros são cordiais que significa homem gentil, hospitaleiro, alegre, aquele que age de acordo suas emoções, e um exemplo dessa cordialidade é o costume de usar as palavras no diminutivo (inho). Um exemplo de Bromeny e Medeiros (2010, p. 250) poderá esclarecer melhor essa afirmação “para tornar a espera menos aborrecida, pedimos que nosso interlocutor aguarde cinco minutinhos; se alguém nos pede um favorzinho, por maior que seja, tendemos a atender de melhor agrado.”

E, para finalizar esta discussão, apresenta a orientação teórica de Roberto DaMatta no qual, acredita que a marca da identidade brasileira é “o jeitinho brasileiro”, que significa, uma maneira “especial” de resolver determinado problema, Bromeny e Medeiros (2010, p. 251) ilustram exemplos para melhorar o entendimento dos alunos, “o jeitinho brasileiro é uma carona no ônibus, uma carteira de motorista comprada, ou uma alternativa criada para se livrar de uma multa de trânsito.”

Neste sentido, conforme já mencionado anteriormente, este capítulo avança em relação à apresentação de pesquisas de autores brasileiros, pesquisas com dados do IBGE, e uma discussão sobre a técnica de pesquisa grupo focal, contudo este debate sobre esta técnica de pesquisa, ainda é insipiente para que os alunos do Ensino Médio possam impregnar a convivência com a pesquisa, pois esta os motivam a pensarem, questionarem e não apenas decorarem. (Demo, 2009)

O livro “Tempos Modernos Tempos de Sociologia”, não apresenta nenhum capítulo sobre métodos e os tipos de pesquisas em ciências sociais, pois este assunto não foi selecionado no campo pedagógico da contextualização e da recontextualização. Com efeito, a

Sociologia apresentada no livro de Bromeny e Medeiros (2010) tem sido recontextualizada, se preocupa em despertar a imaginação sociológica e o pensamento crítico dos educandos, a partir do filme “Tempos Modernos.” E conforme já citado anteriormente este livro mostra avanços mais do que o livro de Tomazi, entretanto a discussão do livro de Bromeny e Medeiros (2010) ainda ilustra uma preponderância para uma reflexão sobre a cidadania do que, para uma Sociologia científica.

De tal maneira, dois livros foram selecionados pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) 2012. “Tempos modernos, Tempos de Sociologia” de Helena Bomeny e Bianca Freire-Medeiros e, “Sociologia para o Ensino Médio”, de Nelson Dacio Tomazi. O livro escolhido pelos professores (que são agentes recontextualizadores) de toda Rede Estadual de Ensino Médio no âmbito Estadual foi “Sociologia para o Ensino Médio”, de Nelson Dacio Tomazi, apesar do Livro de Bomeny e Bianca Freire-Medeiros apresentar mais avanços do que o de Tomazi, em relação a Técnicas de Pesquisa em Ciências Sociais, Pesquisas realizadas por Cientistas Sociais.

Com efeito, foi possível observar que a Sociologia foi implantada como discurso de promoção da cidadania. Isso também é colocado nas OCNS’ e PCNS’ ver no quadro 3.

Quadro 3- Livros que mostram a Sociologia como elevação da Cidadania.		
Livro	Autor	Capítulo do livro que discute sobre a Cidadania.
Sociologia para o Ensino Médio	Nelson Dacio Tomazi.	Unidade V: Direito, Cidadania e Movimentos sociais. Capítulo 14- Direito e cidadania. Capítulo 15 – Movimentos sociais. Confrontos e parcerias. Capítulo 16- Os direitos e a cidadania no Brasil. Capítulo 17 – Os movimentos sociais no Brasil.
Tempos Modernos, Tempos de Sociologia.	Helena Bomeny e Bianca Freire-	Capítulo 17: Participação política, direitos e

	Medeiros.	democracia. Capítulo 19: O que consomem os brasileiros.
--	-----------	---

Fonte: Elaboração da Autora.

Nesta perspectiva, esse quadro mostra que a Sociologia tem sido implantada como ascensão da Cidadania pelos representantes do Governo, haja que, todos os livros analisados nesta Monografia, com exceção ao manual de Cristina Costa, apresentam uma preponderância para a discussão sobre a Cidadania do que para a Pesquisa. No entanto, a própria Orientações Curriculares Nacionais OCNs, orienta que deve existir a conexão entre pesquisa e ensino, pois isso é de fundamental relevância para o desenvolvimento do pensamento sociológico. A pesquisa apresenta dois papéis centrais, a desnaturalização e o estranhamento que são fundamentais para a compreensão da realidade social.

Na desnaturalização as explicações tidas como naturais são questionadas, no estranhamento acontece uma problematização de algo que inicialmente parece comum. Assim, a utilização da pesquisa no ensino de Sociologia possibilita aos estudantes desnaturalizarem e estranharem o fenômeno social. (FRAGA, LAGE, 2012)

4 LIVROS DIDÁTICOS DE SOCIOLOGIA QUE NÃO PARTICIPARAM DO PNLD 2012.

Neste capítulo apresentaremos dois livros didáticos de Sociologia que não foram incluso no processo do PNLD 2012, Sociologia para o Ensino Médio, de José Rodorval Ramalho (Petrópolis, Editora Vozes, 1ª edição, 2012, 144 páginas.) e “Sociologia para o Ensino Médio: Introdução à uma Ciência da Sociedade”, de Cristina Costa (São Paulo, Editora Moderna, 2005) para identificarmos se estas obras contemplam ou não os tipos de pesquisa e analisarmos se nestes livros existem um predomínio para o Ensino da Sociologia Científica.

4.1 SOCIOLOGIA PARA O ENSINO MÉDIO.

O livro de José Rodorval Ramalho (2012) se divide em duas partes principais, uma voltada para os fundamentos teóricos e metodológicos, e outra que, ilustra a aplicação de alguns conceitos da Sociologia na análise de instituições sociais.

Esta obra contém 144 páginas, e apresenta os conteúdos de modo condensado. É um livro diferente dos demais analisados nesta monografia, pois combina a complexidade dos conteúdos sociológicos com a brevidade da carga horária. Como também, utiliza uma linguagem clara e, sobretudo, sintética.

Este livro é dividido em 20 capítulos (ver no quadro 4) e apresenta sugestões para um programa de Sociologia para o Ensino Médio. Toda a primeira parte do livro está organizada pelas seguintes seções: Textos com fundamentos teóricos e como sugestão didática expõe exercícios com questões abertas e de múltipla escolha.

Quadro 4 - Índice de Sociologia para o Ensino Médio organizado por José Rodorval Ramalho.	
Introdução	
Capítulo 1 – A perspectiva sociológica.	Capítulo 11 - O fenômeno religioso.
Capítulo 2 – A Sociologia como ciência.	Capítulo 12 - Religião e Modernidade.
Capítulo 3 – Os métodos de pesquisa em Sociologia.	Capítulo 13 - O processo de globalização.
Capítulo 4 - A emergência da Sociologia.	Capítulo 14 - Globalização: riscos e possibilidades.
Capítulo 5 - Teorias sociológicas clássicas.	Capítulo 15 – Mídia contemporânea.
Capítulo 6 -Tipos de Sociedades.	Capítulo 16 - Mídia e democracia.
	Capítulo 17 - Escola e sociedade.
	Capítulo 18 - Escola e sociedade II.

<p>Capítulo 7 -As sociedades tradicionais.</p> <p>Capítulo 8- Sociedades Modernas.</p> <p>Capítulo 9- Indivíduo e sociedade.</p> <p>Capítulo 10- Instituições sociais.</p>	<p>Capítulo 19- Modernidade à brasileira I.</p> <p>Capítulo 20 - Modernidade à brasileira II.</p> <p>Conheça os grandes sociólogos.</p>
--	---

Fonte: Livro Didático.

No capítulo 1 “A perspectiva Sociológica” encontramos um contraponto entre o Senso Comum e o Conhecimento Científico, cuja finalidade é mostrar que o objetivo da Sociologia consiste em estudar os fenômenos sociais empiricamente, isto é, os sociólogos não buscam expor suas impressões pessoais sobre determinado assunto, mas construir Conceitos Científicos.

Este capítulo explana que, o bate-papo consiste em conversar com alguém. Desta maneira, Ramalho (2012) ilustra um exemplo sobre a novela, filmes, futebol, as próximas eleições, pobreza, etc assim, nestas conversas os indivíduos tem opiniões sobre os assuntos que, se fundamentam em valores, tradições e os sociólogos denominam estas opiniões de Senso Comum. Na sequência, o livro discute sobre o Conhecimento Científico seu objetivo é explicar que, este conhecimento refere a construção de Conceitos Científicos em que, os Sociólogos buscam entender a realidade social através de um Método Científico. No entanto, o referido autor não explica o que é o Método Científico.

O capítulo 2 “A Sociologia como Ciência,” tem a finalidade de explicar que, a Sociologia é uma Ciência e tem um Método Científico. Este capítulo, apresenta uma ordem de estudo: inicia com a definição de Ciência, passando pelo fato pesquisado na Ciência: o físico, biológico e o social. A tônica deste capítulo é teórica, por definições e delimitações conceituais. A Ciência é uma forma de conhecimento construída a partir de um Método, que tem como característica a causalidade, objetividade, generalidade, verificabilidade, probabilidade, provisoriedade, previsibilidade, intersubjetividade.

O capítulo 3 “Os métodos de Pesquisa em Sociologia” é um capítulo que, encontramos apenas no livro de Ramalho e no manual de Cristina Costa. Entretanto, este capítulo cita

apenas alguns dos elementos necessários para realizar uma Pesquisa, como a formulação de problema, a metodologia, contudo não explica como realizar esse procedimento.

Apresenta também uma sinopse sobre alguns Métodos de Pesquisa Qualitativa, pois segundo Ramalho (2012), é mais utilizada pelos Sociólogos brasileiros, assim, o autor não mostra os Tipos de Pesquisa Quantitativa e não aprofunda a discussão sobre os Métodos de Pesquisas Qualitativas para que haja um melhor entendimento, entre os alunos do Ensino Médio.

O objetivo deste capítulo é abordar sobre a aplicação do Método Científico em Sociologia, que é realizado através de diversos procedimentos de Pesquisa Empírica. Por exemplo, observação direta ou observação participante, análise documental, entrevista aberta e entrevista estruturada, histórias orais e histórias de vida, pesquisa teórica, surveys ou enquetes, perspectiva comparativa ou estudo de caso. A tônica deste capítulo é explicar que estas Técnicas de Pesquisa em Sociologia são essenciais para o entendimento da realidade social, visto que o objetivo da Sociologia é compreender a sociedade.

A estratégia do autor, ao longo do capítulo 4 “A emergência da Sociologia” é mostrar que a Sociologia é uma Ciência que emerge no século XIX, e tem o objetivo de entender os fenômenos sociais. O livro deixa entrever a intenção e o esforço de explicar o contexto social em que a Sociologia surgiu que, foi em uma sociedade que, do ponto econômico tinha o trabalho das fábricas, longas jornadas de trabalho, expansão dos mercados, como também algumas invenções como o telégrafo, automóvel, etc.

A finalidade deste capítulo é, elucidar que a Sociologia surge como uma característica da nova cultura, que se refere a nova forma de produção, a industrial; com o Método de conhecimento chamado tecnocientífico; o individualismo; e com o Estado-nação laico.

“Teorias Sociológicas Clássicas” constitui o capítulo 5 deste livro. Este capítulo discute sobre Karl Marx, Émile Durkheim e Max Weber. É importante ressaltar que, segundo o autor deste livro, a Modernidade europeia do século XIX foi o cenário para a formação das teorias destes três clássicos da Sociologia, isto é, o livro busca compreender a Modernidade a partir dos três clássicos da Sociologia.

O livro esclarece aos alunos que, estes três teóricos, foram essenciais para o surgimento e consolidação da Sociologia. O capítulo encaminha inicialmente o aluno para

uma discussão marxista se referindo ao conceito de capitalismo que, é um sistema de produção de mercadorias e a embasamento desse sistema é o capital e o trabalho.

Em seguida, mobiliza Émile Durkheim e define o conceito de solidariedade mecânica e orgânica para explicar que, esta concepção está no centro da modernidade. Sobre Max Weber, o manual discute o conceito de Racionalização que é uma característica da modernização, assim, a consequência da racionalização seria, segundo Weber, o desencantamento do mundo. No entanto, como este livro é bastante sintético, este apenas cita sobre o desencantamento do mundo e não explica o que significa o referido conceito para Weber.

O capítulo 6 “Tipos de Sociedades” trata de um dos menores capítulos deste livro. Seu objetivo é classificar e periodizar a história das sociedades, daí cita Karl Marx para mostrar, que a história das sociedades são construídas, a partir do modo de produção. Conforme, o pensamento marxista, a história das sociedades é formada pela história da luta de classe, a narrativa é bem conhecida, exploração do homem pelo homem ao longo do processo da história, por exemplo, no Escravismo, Feudalismo, Capitalismo. Na sequência, o livro ilustra uma perspectiva histórica, uma discussão sobre a periodização da história das sociedades que são: Pré-História, História Antiga, História Medieval, História Moderna, História Contemporânea.

No capítulo 7 “Sociedades Tradicionais,” podemos ver os objetivos que o autor delimita para o manual, que se refere ao estudo das sociedades tradicionais que, são determinadas pela reprodução dos seus modos de pensar, agir, sentir. Na qual, estas sociedades também, se identificam pelo baixo desenvolvimento das tecnologias, a religião como ponto central, e as hierarquias sociais que, são concebidas como fixas.

O capítulo 8 “Sociedades Modernas” tem como objetivo explicar que, as sociedades modernas são constituídas a partir de princípios individualistas e ilustram a tecnocracia como uma maneira hegemônica de conhecimento, apresenta o Estado-nação laico como fundamental estrutura da política, e a indústria como um campo dinâmico da economia.

O capítulo 9 “Indivíduo e Sociedade” tem a finalidade de discutir sobre socialização que, de acordo com Ramalho (2012), se refere ao processo em que, os indivíduos aprendem a viver com as regras de seu grupo. Este processo tem seu princípio na infância, na qual é

nomeado de socialização primária e permanece praticamente durante toda a vida, por meio de novos processos de aprendizagem

O capítulo 10 “Instituições Sociais” tem a finalidade de mostrar a relação entre instituições sociais e papéis sociais, a primeira se refere as regras e o segundo significa os operadores dessas regras, Ramalho(2012, p. 69) ilustra um exemplo para melhorar o entendimento dos alunos “o casamento é uma instituição social, os noivos, o sacerdote, os padrinhos, as damas de honra, o pai da noiva etc. são papéis que possibilitam a concretização da instituição no mundo real.”

Esse capítulo parte inicialmente do conceito de instituições sociais que se refere a busca de padronizar os atos dos seres humanos, programando seus comportamentos e fazendo-os agirem de acordo com os interesses da sociedade, e por fim, debate sobre as principais características das instituições sociais, por exemplo, exterioridade, coercitividade, historicidade e legitimidade tendo como fundamento teórico Émile Durkheim.

O manual esclarece aos alunos sobre “o fenômeno religioso,” que constitui o capítulo 11 deste livro, no qual o autor pretende explicar como a pesquisa sociológica, tem discutido sobre o fenômeno religioso suas origens, o significado de seus mitos, etc. A lógica deste capítulo é o estudo da Religião que tem início com a observação de Ramalho (2012 p.75) de que a Religião significa “um conjunto de mitos, símbolos e ritos praticados por uma comunidade de fiéis que divide o mundo em sagrado e profano.”

Seguindo essa ordem, o livro aborda o conceito de profano e sagrado, tendo como fundamento teórico Émile Durkheim. Enquanto o profano se refere à desordem, o caos, o sagrado significa o mundo ordenado.

O estudo sobre “Religião e Modernidade” constitui o capítulo 12 deste livro. A finalidade, deste livro é explanar que, com a Modernidade a religião deixou de ser o centro da vida social, a religião foi separada do Estado, perde espaços nas áreas das Artes, Educação, etc. Entretanto, mesmo com a modernidade as religiões não acabaram, e passaram a surgir diversos movimentos religiosos. Assim, de acordo com o autor as Religiões continuam sendo um aspecto importante nas sociedades contemporâneas.

O capítulo 13 “O processo de Globalização,” parte da discussão sobre a globalização. Nas palavras de Ramalho (2012, p.85) a “globalização é multidimensional e sugere um atrelamento, interconexão, inter-relação, integração, etc. Mas, o sentido mais próximo, se

precisássemos resumir o termo em uma palavra, é o de interdependência entre culturas, países e mercados.”

O estudo sobre globalização gira em torno da dimensão cultural que, tem a finalidade de explanar que, com a globalização ocorreu a substituição da homogeneização, pela diversificação de referências culturais. E a dimensão política que tem o intuito de elucidar que, com a globalização surgiu novos espaços e atores além do Estado-nação moderno, como as Organizações das Nações Unidas (ONU), etc. que ocupa um lugar que antes era exclusivamente do Estado-nação;

Observe-se que a concepção que orienta a proposta de conteúdo do capítulo 14 “Globalização Riscos e Possibilidades”, articula-se como capítulo anterior. A tônica é dada quando o autor mostra que, a Globalização tem suas possibilidades, mas também riscos, por exemplo, desequilíbrio ecológico, acidentes nucleares, etc. Daí tem como fundamento teórico, Anthony Giddens.

O capítulo 15 “Mídia Contemporânea” introduz a idéia de meios de comunicação ou mídia que, se refere aos suportes tecnológicos que asseguram que uma informação seja emitida de uma pessoa para outro indivíduo, assim, nas sociedades tradicionais as formas de comunicação são diretas, face a face, já nas sociedades modernas são através de telefones, e-mails, jornais impressos, programas de televisão, etc.

O capítulo 16 “Mídia e Democracia,” é um dos maiores capítulos deste livro, e faz um panorama sobre as diversas possibilidades acarretadas pelas novas tecnologias de informação. Isto é, o objetivo deste capítulo é explicar que, a mídia pode ser empregada não apenas para que, os cidadãos sejam emissores e receptores de notícias, mais para aproximar o Estado da sociedade, ou seja, tornar os governos mais democráticos nas suas resoluções e prestações de serviços.

O intuito de modo geral, é mostrar que, com o surgimento da mídia, por exemplo, da internet, com os blogs, sites, You Tube, etc, os indivíduos devem se tornar sujeitos ativos na sociedade através distribuição de informações, da mídia. Isso porque, cidadãos são aqueles que buscam seus direitos e deveres participando ativamente da sociedade, isto é, procurando desenvolvê-la e isso pode ocorrer através da utilização dos meios de comunicação. Assim, tomando-se o exemplos do manual de Ramalho, (2012,p. 194) “atualmente a possibilidade de acesso a rede municipal tornou-se um dos índices reveladores de democratização do poder de

produzir e distribuir informações.” De tal maneira, podemos observar que o livro traz temas sociológicos, mas se refere a poucos teóricos.

O capítulo 17 “Escola e Sociedade I.” A lógica que orienta a unidade encaminha o aluno para uma discussão com perspectiva educacional. Inicialmente o livro apresenta uma discussão sobre as Escolas com seu Ensino Básico e depois sobre a Universidade, o primeiro tem o intuito de discutir sobre as diversas disciplinas científicas e a segunda tem como finalidade dispor de recursos para que, os educandos produzam conhecimentos científicos através de pesquisas científicas.

Com efeito, o objetivo de Ramalho neste capítulo é explicar que, o local onde o indivíduo aprende a ser componente da sociedade é a Escola, esta Instituição busca estruturá-lo como um ser autônomo, não apenas por meio da transmissão de conhecimentos e capacidades aglomerados pela sociedade, como também as Escolas devem instigar a adquirir um caráter positivo na constituição de novos conhecimentos. Na verdade, o livro não adota uma tendência crítica, haja vista que vários teóricos da Sociologia, Bourdieu, Althusser, Bernstein apontam a Escola como um meio de reprodução das desigualdades sociais e nem sempre forma esse ser autônomo.

A continuação deste estudo ocorre no capítulo 18 “Escola e Sociedade II.” Este capítulo inicialmente possui um tom mais “jornalístico” em que são apresentados acontecimentos recentes da história da educação brasileira, como a taxa de atendimento escolar no Brasil de 1980 a 2003 no qual mostra que, o Brasil avançou na universalização do sistema educacional, contudo ainda existe a ineficácia no nosso Sistema de Ensino.

De tal maneira, a finalidade deste capítulo é mostrar que, a sociedade brasileira atingiu progressos significativos se referindo a universalização do sistema educacional até o Ensino Médio. Em 2006 existiam quase 56 milhões de matrículas em todas as organizações deste tipo de ensino. Contudo, a ineficácia do Sistema Escolar Brasileiro é uma das poucas concordâncias estabelecidas pelos estudiosos desta esfera. Algumas explicações para este fato é a má formação dos professores, o embaraço com as estratégias de alfabetização, a desordem na escola, o corporativismo sindical. Assim, na visão de Ramalho(2012) o desafio de promover uma melhoria na Escola Brasileira depende dos profissionais que nela trabalham, mas também da participação de vastos setores da sociedade.

No capítulo 19 “Modernidade à Brasileira I” trata da análise do jeitinho brasileiro que, está presente na sociedade moderna brasileira. O manual esclarece aos alunos que, o jeitinho brasileiro significa uma forma de colocar os indivíduos acima das regras da sociedade. Um exemplo no livro de Ramalho (2012, p.124) poderá explicar melhor esta afirmação: “o funcionário de um banco, é pressionado pelos familiares a favorecer um parente no sorteio das unidades habitacionais promovido pela instituição. O funcionário deve favores ao referido parente” e termina não obedecendo as regras do sorteio e favorecendo o parente.

A estruturação do capítulo 20 “Modernidade à Brasileira II” é idêntica ao capítulo anterior. A predominância do manual é dada pela explicação de que, o jeitinho brasileiro conserva o tradicional e não rejeita o moderno. Assim, tem como fundamento teórico Roberto DaMatta no qual afirma que, os brasileiro se definem como uma tentativa de conciliação destes dois universos, tradicional e moderno.

Por fim, a última parte deste livro traz como proposta: Conheça Grandes Sociólogos que, faz uma abordagem rápida, sobre Augusto Comte, Karl Marx, Émile Durkheim, Max Weber, Pierre Bourdieu, Anthony Giddens, Norbert Elias, Gilberto Freyre, Fernando Henrique Cardoso, Roberto DaMatta, Florestan Fernandes. Como o livro segue uma orientação sintética dos temas, também não observamos a exploração da Sociologia brasileira diferente do livro “Tempos Modernos Tempos de Sociologia”, na qual se sobressai pela ênfase dos pensadores brasileiro.

Nesta perspectiva, conforme Bernstein (1996) na recontextualização, os conteúdos são simplificados, condensados e reelaborados, assim, como foi feito no livro de Ramalho e principalmente no capítulo dos métodos de pesquisa em Sociologia. Na recontextualização, alguns assuntos são aproveitados, outros são desconsiderados, releituras são realizadas, e ideias inicialmente escolhidos são inseridas em novos contextos, que possibilitam sua ressignificação.

Assim, a Sociologia apresentada no livro de Ramalho (2012) tem sido recontextualizada, e embora o autor discuta temas e teorias sociológicas, e apresente um capítulo sobre os métodos de pesquisa em Sociologia, o autor não aprofunda essa temática, visto que, os capítulos deste livro são pequenos, pois são pensados para a brevidade da carga horária da Sociologia. Nesse sentido, considerando a complexidade da Sociologia e dos temas abordados o livro torna-se limitado para uma melhor apreensão, por parte dos alunos, da Sociologia.

Com efeito, o livro de Ramalho aponta alguns limites é um livro bastante resumido, em que os alunos não têm como ir além, pois devido a sua concisão não existe possibilidade de uma exploração dos temas, é um manual que não contém uma Sociologia contextualizada e que não enfatiza uma Sociologia científica.

4.2 SOCIOLOGIA INTRODUÇÃO À CIÊNCIA DA SOCIEDADE

O livro de Cristina Costa (2005) se divide em sete unidades. Este livro avança em relação aos demais livros analisados nesta monografia, pois apresenta uma preponderância para uma Sociologia Científica, ilustra uma ênfase nos Métodos e Técnicas de Pesquisa (ver no quadro 5) e isto vai de encontro com o pensamento de Demo (2009) no qual acredita que, a pesquisa é de fundamental relevância para a descoberta de novos conhecimentos e a criação de alternativas para determinada questão. Para o referido autor, a pesquisa deve ser trabalhada como modo de educar, ou seja, trata-se da necessidade da educação ser questionadora, do sujeito saber pensar. Assim, a pesquisa se refere à capacidade de questionamento, em que não apresenta resultados definidos, verdades acabadas a serem transmitidas. Desta maneira, o mesmo acredita que a pesquisa deve estar incluída na vida dos professores e alunos. Neste momento iremos analisar as unidades que discutem esta temática, na qual é objeto desta monografia.

Quadro 5- Unidades e Capítulos do Livro de Cristina Costa que discute a Sociologia Científica.	
<p>Unidade II - A Sociologia Pré-Científica.</p> <p>Capítulo 1 - O Renascimento</p> <p>Capítulo 2- A Ilustração e a sociedade contratual.</p> <p>Capítulo 3- A crise das explicações religiosas e o triunfo da ciência.</p> <p>Unidade III- A Sociologia Clássica.</p> <p>Capítulo 4- A emergência do pensamento social em bases científicas.</p> <p>Capítulo 5- A Sociologia de Durkheim.</p>	<p>Capítulo 6- Sociologia alemã: a contribuição de Max Weber.</p> <p>Capítulo 7- Karl Marx e a história da exploração do homem.</p> <p>Unidade VII- Métodos e técnicas de pesquisa.</p> <p>Capítulo 19- A realidade e os métodos de observação.</p> <p>Capítulo 20- Experimento, questionário, grupo de foco....</p> <p>Capítulo 21- Outras fontes de dados.</p>

Fonte: Livro Didático.

A unidade II “A Sociologia Pré-Científica” tem início com o debate sobre o Renascimento, século XV, XVI que ocorreu na transição da Sociedade Medieval para a Modernidade, neste período surge um pensamento que se desligava do sagrado e se preocupavam com as questões centradas principalmente no homem, e com os assuntos da arte, do saber, deve-se ressaltar que o livro elucida Nicolau Maquiavel, visto que o mesmo foi um importante protetor das artes e das letras. Neste sentido, Costa (2005, p.30) esclarece que “a filosofia, a Ciência e a arte se voltaram para a realidade concreta, para o Mundo Moderno, numa ânsia por conhecê-lo, descrevê-lo, analisa-lo, medi-lo, quer por meio de instrumentos e técnicas” ou através da pena e do pincel.

O livro mostra que a partir do Renascimento incentiva-se a Pesquisa Científica e se disseminam atitudes de planejamento e racionalidade que foi se inserindo na produção e no cotidiano dos indivíduos. Em seguida, o manual discute sobre a “Ilustração” que foi um movimento que sucedeu o Renascimento e defendia a Razão como fonte do conhecimento, e criticava as informações sem fundamentos racionais. Na sequência, esta obra elucida sobre o século XVIII com a Revolução Industrial na Inglaterra, que consolidou o lucro como algo desejável e justo, esta resultou em um grande número de trabalhadores e consumidores, a sociedade avançava para a indústria e a cultura de massa e apresentava necessidades urgentes que desafiavam os cientistas. E, por fim cita o Capitalismo que objetiva a acumulação de riquezas, o lucro passa a ser a primeira atividade econômica.

Nesta perspectiva, como já mencionado anteriormente, a partir do Renascimento a racionalidade era a fonte de conhecimento. E, Costa (2005, p.48) cita alguns defensores desta racionalidade, como René Descartes, que afirma “Penso logo existo”, desta forma “a ideia de uma racionalidade natural perpassa a compreensão do homem, de sua vida em sociedade e de suas atividades produtivas.” Outros autores que o livro expõe que defende essa ideia da racionalidade é Jean-Jacques Rousseau e John Locke que observavam a sociedade como uma matéria em desenvolvimento, de origem natural e não -divina. Com isso, podemos observar uma desnaturalização da criação do mundo, trazendo para o aluno a relevância da razão para a emancipação do sujeito.

Posteriormente, o livro elucida sobre Adam Smith que fundou a ciência econômica, o mesmo explicou que a análise científica podia ir além do que era expresso nas vontades individuais, desta maneira, este pensador buscou compreender a origem da riqueza das nações

e identificou que o trabalho seria responsável pela fonte de produção de valor. Assim, o manual esclarece que, as ideias de progresso, racionalismo e cientificismo ganham ênfase nas sociedades e foi preparado o caminho para o desenvolvimento científico que aflorou no século XIX, e segundo Costa (2005, p.56) “se esse Pensamento Racional e Científico parecia válido para explicar a natureza, intervir sobre ela e transformá-la, ele poderia também explicar a sociedade entendida, então, como parte da natureza.”

Neste momento, esta obra apresenta outro avanço em relação aos demais livros analisados nesta monografia, na medida em que, explica sobre a “Ilustração”, que se preocupou com o desenvolvimento do Método mais adequado para explicar a sociedade, com isso derivam distintos Modelos de Pesquisa e modos de fazer Ciência. O primeiro foi a Indução, um Método que concebia o conhecimento através da experimentação contínua, defendido por Bacon desde o início do Renascimento. O segundo foi o Método Dedutivo, defendido por Descartes, que sugeria uma maneira de conhecimento fundamentado no encadeamento lógico de hipóteses formuladas a partir da Razão.

De tal maneira, a sociedade deixou de ser observada como criação divina e os problemas que ocorriam com os indivíduos deixaram de serem vistos como castigo, e isso impulsionou o desenvolvimento das Ciências Sociais. E, no século XIX, a Religião se transformou em objeto de pesquisa por alguns pensadores e Sociólogos, como Émile Durkheim e Karl Marx. Assim, conforme Costa (2005, p.58) “a Sociologia se desenvolveu no século XIX, quando a racionalidade das ciências naturais e de seu método, haviam obtido o reconhecimento necessário para substituir a religião na explicação” do surgimento e no desenvolvimento do mundo. O livro esclarece que a Ciência se torna responsável por desvendar as leis naturais do Mundo Físico e Social, e o uso adequado dos Métodos de Investigação mostraria a “verdade.”

É interessante observar nesta unidade que o livro, tem a preocupação de mostrar o Surgimento da Sociologia, enquanto Ciência, isto é, e que a Sociologia é uma Ciência e tem Método Científico, assim, os outros livros de Sociologia analisados nesta monografia discutem sobre o Surgimento da Sociologia, só que não discutem de modo mais satisfatório sobre sua Cientificidade. Dentre os livros analisados neste trabalho, esta questão da Cientificidade é um avanço que está presente apenas nesta obra, visto que este manual é o único que aprofunda a discussão sobre o que é Ciência, o que é o Método Científico, e porquê surgiu a Sociologia, e qual a sua contribuição enquanto Ciência.

A unidade III “A Sociologia Clássica” segue a seguinte ordem de estudo: debate sobre o Darwinismo social, depois discute sobre a Escola do Organicismo e em seguida a Teoria Evolucionista de Charles Darwin.

É interessante que esta unidade ilustra novamente a preocupação de exemplificar que a Sociologia é uma Ciência e com o Positivismo passou a ter um objeto, estabelecer conceitos e uma Metodologia de Investigação, definir a especificidade do estudo Científico da sociedade. Explica que o Positivismo foi responsável por sistematizar o pensamento sociológico e teve como principal representante o Pensador Francês Auguste Comte. Costa, (2005,p.72) explica que o Positivismo como escola filosófica derivou do Cientificismo, que significa “a crença no poder dominante e absoluto da Razão humana em conhecer a realidade e traduzi-la sob a forma de leis que seriam a base da regulamentação da vida do homem, da natureza e do próprio universo.” Esse Conhecimento Científico substituiria o Conhecimento Teológico, e o Senso Comum.

Outra questão de extrema relevância neste livro é a discussão sobre o Objeto e a Metodologia dos Clássicos da Sociologia. Começa por Émile Durkheim, depois Max Weber e por último Karl Marx. Esta obra explica que Comte foi considerado o Pai da Sociologia, e Durkheim foi observado como um dos primeiros teóricos desta Ciência. Este clássico da Sociologia se esforçou para instituí-la como disciplina Científica, com isso, definiu seu Objeto e Método. Assim, este manual mostra de maneira explícita que o Objeto da Sociologia para Durkheim são os Fatos Sociais, desta maneira, apresenta o conceito de suas três características: Coercitivo, Geral e Exterior.

Em seguida, a discussão é sobre o método da Sociologia para Durkheim, que considerava os Fatos Sociais (objeto da Sociologia) como “coisas”, como objeto exteriores aos indivíduos, no qual o ato de fazer pesquisa exigiria dos pesquisadores a neutralidade, ou seja, serem isentos de paixão, preconceito, desejo, e dispor de métodos objetivos, por exemplo, observação, descrição, comparação, cálculo estatístico para entender suas regularidades. Nesta unidade, também é ilustrado o conceito de consciência individual e consciência coletiva, como também a solidariedade mecânica e a solidariedade orgânica.

Este manual chama a atenção outra vez para a Sociologia Científica, exemplificando que o Empirismo Positivista para Durkheim se transformou em uma postura empírica situados na investigação dos fatos que podiam ser observados, mensurados, interpretados (que são os aspectos complementares do Método durkheimiano) através da coleta de dados coletados

pelos cientistas nas análises quantitativas e qualitativas. Costa (2005, p.88) cita que o referido autor formulou um “conjunto coordenado de conceitos e de Técnicas de Pesquisa que, embora norteado por princípios das Ciências Naturais, guiava o Cientista para o discernimento de um objeto de estudo próprio e dos meios adequados para interpretá-lo.”

Na sequência o manual cita Max Weber, no qual compreende a sociedade através da pesquisa histórica. Esta pesquisa ocorre pela coleta de documentos e pela interpretação das fontes, em que possibilita o entendimento das diferenças sociais. O referido autor utilizou a pesquisa histórica no seu livro “*As causas sociais do declínio da cultura antiga*”. Costa (2005, p. 96) ressalta que Weber estudou este livro se fundamentando “em textos e documentos, as transformações da sociedade romana em função da utilização da mão –de-obra escrava e do servo de gleba, mostrando a passagem da Antiguidade para a sociedade medieval.”

O livro de Costa (2005) elucida que o Método de Weber é o Compreensivo, em que ocorre um esforço interpretativo para entender a sociedade. E, essa compreensão possibilita o pesquisador atribuir aos fatos um sentido social e histórico. Em seguida, este manual explana sobre o Objeto da Sociologia de Weber, que é a Ação Social, esta significa “toda conduta humana dotada de sentido”, também aborda a diferença entre ação e relação social e exemplifica o conceito de Tipo Ideal. Para este teórico os indivíduos agem de acordo com seus motivos, cultura, tradições, assim é impossível o pesquisador descartar-se de suas prenoções. Costa (2005, p.99) afirma que, para a Sociologia weberiana “o cientista parte de uma preocupação com significado subjetivo, tanto para ele como para os demais indivíduos que compõe a sociedade. Sua meta é compreender, buscar os nexos causais que deem o sentido da ação social.”

Na ordem o manual menciona Karl Marx, e ilustra que seu pensamento está expresso na Teoria do Materialismo Histórico. Assim, é discutido sobre a influência Hegeliana de quem Marx mostrou uma distinta percepção histórica. Hegel observava a história como um procedimento coeso no qual incluía várias instâncias da sociedade cuja dinâmica ocorria por oposição entre forças opostas. Segundo Costa (2005,p.112) “desse embate emergia a síntese que fechava o processo “dialético” de conceber a história. Marx utilizou esse Método de explicação histórica para o qual os agentes sociais, apesar de conscientes, não são os únicos responsáveis pela dinâmica dos acontecimentos.” Nesta unidade também é discutido sobre o

conceito de Alienação, Classes Sociais, Mercadoria, Trabalho, Mais-valia, Modo de Produção, Capitalismo e Socialismo.

Esta obra expõe que Karl Marx procurou entender o Capitalismo e exemplificar a organização econômica dos homens, este teórico originou uma teoria universal, que busca discutir sobre todas as formas produtivas, originada pelos seres humanos. Os principais fundamentos dessa teoria são desenvolvidos a partir de seu Método de Análise, o Materialismo Histórico. O referido autor afirma que em toda sociedade os indivíduos se organizam para a produção social de bens, e daí o livro discute o conceito de forças produtivas e as relações de produção e a maneira como ambas são reproduzidas é chamado de Modo de Produção.

Assim, Costa (2005, p.122) argumenta, que em cada Modo de Produção existe uma desigualdade de propriedade relacionado as relações de produção, e isso gera “contradições básicas com o desenvolvimento das forças produtivas. Essas contradições se acirram até provocar um processo revolucionário, com a derrocada do modo de produção vigente e a ascensão de outro”. É importante percebermos que dentre os livros analisados nesta monografia a questão do Objeto e Método de Durkheim, Weber e Karl Marx é um avanço que se encontra apenas neste livro de Cristina Costa, visto que este manual é o único em que mostra, que desde o Positivismo a Sociologia passou a ter um Objeto e uma Metodologia de Investigação, como também elucida sobre a relevância dos Métodos de Pesquisa para os Teóricos da Sociologia, no qual através destes Métodos os Clássicos puderam realizar seus estudos a respeito da Sociedade.

A unidade VII “Métodos e Técnicas de Pesquisa” tem início com uma reflexão sobre a Pesquisa, debatendo sobre o “corpus de uma pesquisa” que tem o objetivo de pesquisar uma dada realidade da sociedade. O livro elucida que as pesquisas se tornaram importantes, depois que ocorreram graves problemas como êxodo rural, pobreza nas cidades, greves, assim, o Senso Comum e as interpretações míticas perderam sua eficácia. Deste modo, esta obra explica que atualmente o pesquisador dispõe de diversos recursos e Técnicas que podem ser utilizados ao longo dos duzentos anos de Pesquisa Científica.

Costa (2005, p. 338) afirma que na construção do conhecimento científico o “cientista cria uma metodologia, um conjunto de princípios e regras capazes de distinguir, na realidade complexa, manifestações e comportamentos diversos, a fim de compará-los, analisa-los, avaliá-los.” Nesta perspectiva, a referida autora destaca que o desenvolvimento da

Metodologia Científica, isto é, a formulação das Técnicas de Pesquisa vem crescendo, e através destas pesquisas, os Cientistas tem a capacidade de explicar e intervir na sociedade. De tal maneira, uma Metodologia coerente e rigorosa é de extrema relevância para a Análise Sociológica.

O livro exemplifica sobre os indicadores quantitativos e qualitativos, no qual ilustra, que a Sociologia também adotou o processo de análise quantitativo, mas a opção por este procedimento depende dos objetivos da pesquisa, e cita o exemplo das pesquisas sobre tendências eleitorais que demanda rapidez, mas se a pesquisa tiver a finalidade de saber os motivos pela qual determinado candidato tem preferência dos eleitores, deve-se o usar o método qualitativo. E a utilização, destes dois métodos resultam na aproximação do pesquisador com o objeto pesquisado.

Em seguida é discutido, como deve ser a Pesquisa para a Sociologia, assim, anteriormente os Cientistas acreditavam que o envolvimento do pesquisador com o objeto de estudo poderia comprometer a análise, assim, era necessário um distanciamento entre pesquisador e objeto estudado, mas depois foi observado que isso era muito difícil, visto que o simples fato de observar um grupo representaria uma forma de intervenção.

O manual segue informando sobre a Técnica de Pesquisa, nomeada de observação, em que o pesquisador conduzido por uma Metodologia, conceitos, deve coletar, selecionar, e ordenar dados da sociedade, com o intuito de tentar explicar suas características. A observação é executada a partir de três etapas, a primeira ocorre quando o cientista, de posse de seus indicadores, reúne dados que são concebidos como importantes, a segunda etapa é a codificação, isto é, os dados são codificados e classificados, e a terceira fase é a tabulação dos dados. Esta obra apresenta vários tipos de observação, e na sequência explana sobre o método de observação em massa, que acontece quando o pesquisador observa o comportamento de vários indivíduos em relação a um conjunto determinado de fatos, desta maneira, as pesquisas de marketing, como também as de comportamento político buscam desenvolver este método de observação.

Depois, é apresentado o procedimento para a realização da observação participante, que foi originada nas Ciências Sociais pela Antropologia. Segundo Costa (2005,p.343) a observação “participante partia do princípio de que, para conhecer as sociedades arcaicas, era preciso que o cientista deixasse seu gabinete de estudos e se deslocasse para os grupos que desejava estudar, permanecendo pelo tempo necessário,” como também deveria está integrado

ao modo de vida do grupo que estava analisando. Nessa mesma unidade, é apresentado a importância da observação de documentos e registros, bem como, as novas tecnologias de registros, gravação, que vem se multiplicando e os filmes, fotografias que possibilitam aos Sociólogos diversas informações sobre fenômenos sociais.

Esta obra segue com a discussão sobre a Técnica de Pesquisa chamada de experimento, que é análoga as experiências em laboratório, e busca analisar um determinado comportamento, e isto pode ser executado a partir da escolha de um grupo que tenha características semelhantes, como idade, sexo, camada social, que possibilite controlar a influência dessas variáveis sobre o comportamento que se deseja pesquisar. Costa (2005) prossegue explicando sobre o questionário que é uma técnica de pesquisa fundamental para obter levantamentos específicos sobre um dado aspecto, comportamento, opiniões de uma população, esta autora também ilustra os cuidados com a elaboração de um questionário, em que as perguntas devem ser fáceis, claras e concisas, não devem ser extensas demais, e é conveniente que as perguntas sigam uma ordem crescente, começando das mais simples como, idade, profissão, nacionalidade e depois com as perguntas específicas da pesquisa.

Neste contexto, também é discorrido sobre a entrevista, que tem como desígnio obter opiniões, fatos ou testemunhos sobre um dado assunto. O pesquisador deve deixar o entrevistado à vontade, respeitar suas opiniões e esclarecê-lo a sobre os objetivos a serem alcançados na pesquisa. Em seguida é argumentado a respeito da Técnica de Pesquisa, grupo focal que se refere a entrevistas realizadas com um grupo de dez ou doze pessoas envolvidas em uma situação peculiar, por exemplo, ter assistido a um mesmo filme, esta técnica é conduzida por um “moderador” que deve promover a discussão entre os participantes e o tempo de duração é cerca de uma hora, e quem será responsável por anotar as ideias e atitude do grupo será o “observador” que deve manter distância do grupo, isto é, geralmente o observador se encontra atrás de vidros não transparentes, em que o observador pode ver o grupo, no entanto o grupo não vê o observador.

Costa (2005,p.358) ressalta sobre a Amostragem, que significa “o processo pelo qual é selecionado parte da população de uma cidade, estado ou país para fazer parte de uma determinada pesquisa.” E exemplifica sobre a amostragem aleatória, que ocorre quando são sorteados indivíduos de uma dada população para compor um grupo que irá ser analisado; amostra proporcional, em que a amostra deve incluir várias categorias da população, conservando a proporção por idade, sexo, estado civil, nacionalidade, e amostra por

conglomerados que se refere as regiões geográficas e a amostragem ocorre através da densidade populacional de cada região.

Posteriormente, é exposto sobre os dados censitários, que são importantes para os Cientistas Sociais, pois com essas estatísticas é possível realizar um cruzamento de dados e determinar as relações entre alguns aspectos da população. Também é apresentado o Método de Pesquisa, História de Vida que é bastante utilizado na Sociologia, e se trata de análises de documentos, depoimentos, memórias, relatos de indivíduos. É necessário que o pesquisador seja discreto, e principalmente ouvinte ativo e sagaz, e quando ocorre a pesquisa através de gravações em áudio, ou vídeo, é necessário que o entrevistado esteja ciente e de acordo com a gravação. Costa (2005,p.368) segue citando a pesquisa iconográfica que “já tem história nas Ciências Sociais, pois a Antropologia, buscando entender povos ágrafos ou decifrar o passado registrado naquilo que resta de civilizações arcaicas, desenvolveu competência nessa arte.”

A referida autora vai além, e também menciona a pesquisa de intervenção, que se trata de uma situação concreta com a finalidade de tentar resolve-la. Dando continuidade é exposto os critérios de escolha para a pesquisa quantitativa e qualitativa, em que explana uma reflexão: o que faz um pesquisador optar entre um método quantitativo ou qualitativo? Em que, é necessário considerar o tempo disponível, a dimensão da população a ser pesquisada, recursos financeiros, mas geralmente as pesquisas utilizam os dois método, isto é tanto o quantitativo como o qualitativo.

Outro ponto fundamental nesta unidade é a discussão sobre o sucesso da pesquisa, no qual mostra que na contemporaneidade tem se desenvolvido a prática pela pesquisa. Desta maneira, Costa (2005, p. 373) argumenta que a ampliação do “marketing, a necessidade cada vez maior de planejamento empresarial, o ritmo alucinante das mudanças sociais e a fragmentação da sociedade impedem cada vez mais generalizações apressadas.” Ainda nesta unidade lê-se, sobre a contribuição dos computadores para a realização das pesquisas, visto que geralmente a maioria, dos cientistas fazem uso desta máquina, que é de grande relevância para a construção de tabelas, gráficos, escalas, como também, na preparação de formas visualmente adequadas de apresentação de resultados.

Consideramos as discussões abordadas nesta unidade de extrema relevância, pois apresenta o vasto Universo das Técnicas de Pesquisa, estimulando os educandos a esta “prazerosa” Investigação Científica, outro ponto positivo é que esta unidade, trata a Sociologia como uma Ciência, visto que a Pesquisa contribui para a Cientificidade desta

disciplina, ou seja, dentre os livros analisados nesta monografia, o manual de Cristina Costa é o único que apresenta uma preponderância para uma Sociologia Científica, e isso tem um grande valor, já que a Sociologia precisa ser observada nas Escolas como uma Ciência e não apenas como promoção da cidadania. Este livro tem a preocupação de mostrar aos alunos a relevância da Pesquisa Científica, assim, procura impregnar nos discentes a prática da pesquisa. Corroboramos com o pensamento de Gadotti (1989) que advoga que o verdadeiro professor motiva os educandos a dominar a escrita e a leitura como instrumento de formação dos sujeitos emancipados, com isso a pesquisa é essencial para motivar os alunos a lerem e escreverem no sentido de poderem ocupar seu próprio ambiente e criar sua consciência crítica.

Nesse interim, o Ensino Médio deixa de ser mera transmissão de conteúdos para se tornar um espaço de novos questionamentos e construção de conhecimento, no qual o estudante passa a ser sujeito participativo. O resultado disso, pode ser a elaboração de atividades didáticas voltadas não apenas para a apreensão do conteúdo, mas também das ferramentas teóricas e metodológicas que são exigidas numa futura graduação.

A análise dos livros adotados nos leva a inferir sobre a ineficiência que o Ensino Médio tem promovido quanto a Metodologia da Pesquisa. E, isso é confirmado, quando encontramos jovens nas Universidades sem qualquer conhecimento de trabalhos científicos, sem interesse pela pesquisa e sem a prática da criticidade. Decorre daí, a realização de pesquisa e de trabalho científico restritos a mera cópia do conteúdo da internet, sem a leitura, sem a crítica, sem o mínimo de proveito.

A recontextualização da Sociologia, pelos livros didáticos, quando não destaca a pesquisa científica, a nosso ver, perde no sentido de não promover o conhecimento a partir da busca, do racionalismo crítico e da nova formulação de novas respostas. A pesquisa, portanto, carrega consigo uma imensa bagagem, que contribui de maneira significativa no processo de aprendizagem.

Não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino [...] No meu entender, o que há de pesquisador no professor não é uma qualidade ou uma forma de ser ou de atuar que se acrescente à de ensinar. Faz parte da natureza da prática do docente a busca, a pesquisa. Esses que fazem se encontram um no corpo do outro. Enquanto ensino, continuo buscando, reprocurando. Ensino porque busco, porque indaguei, porque indago e me indago. Pesquiso para constatar, constatando, intervenho, intervindo educo e me educo. Pesquiso para conhecer o que ainda não conheço e comunicar ou anunciar a novidade. (FREIRE, 2002, p. 14)

É evidente que não defendemos que o aluno de Ensino Médio se torne um Cientista Social, mas que se leve em conta o fato de que nem um conteúdo é isento de interesses e ideologias, de modo que se torna imprescindível que o aluno busque, a partir, de um

Instrumento Metodológico suas próprias respostas, ultrapassando sua visão de mundo ancorada no Senso Comum. Ademais, se faz necessário que a Sociologia seja contextualizada e revelada como uma Ciência e não como mera promotora da cidadania ou apêndice da história. Nesse sentido, a Sociologia atrelada a pesquisa poderia de fato contribuir para a ruptura dos entraves que dificulta o aluno de ter um pensamento mais crítico e de conhecer, sobretudo a si mesmo, juntamente com a sociedade da qual faz parte.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como já foi mencionado anteriormente o livro didático é consequência direta da Revolução de 1930. Em 1937, o Estado Novo realizou as primeiras tentativas de assegurar a exposição e distribuição de obras de interesse educacional e cultural, todavia, até o período do 1983 não existiram políticas públicas adequadas para os livros didáticos, já que foram criando a cada governo novas Comissões e Instituições. Desta maneira, foram fazendo decretos sem considerar o que já tinha sido gerado anteriormente. (Freitag, et al, 1989)

Em 1985, é criado o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), que continua até os dias atuais, e apresenta alterações substanciais em relação aos programas anteriores. Entretanto, ainda precisa de modificações para que possa contribuir para o aprendizado dos estudantes, uma vez que os livros, muitas vezes são escolhidos sem se atentarem para a real contribuição dos conteúdos para os discentes.

Nesta perspectiva, diante da análise dos livros adotados percebemos a necessidade de uma pesquisa sistemática e metodológica, pois o Ensino Médio tem se mostrado débil quanto ao Ensino de Pesquisa e isso tem feito com que os alunos ingressem em Universidades sem noção alguma de pesquisa e elaboração de textos científicos, como também com a falta de interesse pela investigação científica. Decorre daí trabalhos científicos limitados a mera cópia do conteúdo da internet, com deficiência na leitura e com ausência da prática da criticidade.

Neste sentido, no Brasil, o livro didático em relação à política pública se diferencia dos outros países, visto que no nosso País a distribuição dos manuais foi pensada quase que exclusivamente para os alunos que não tinham condições financeiras, e não teve como principal objetivo a reflexão sobre o ensino-aprendizagem, ou seja, esta política pública dos livros não teve a preocupação em tornar os estudantes, sujeitos ativos. Com isso, essa política não buscou estimular a capacidade crítica dos educandos, para que, estes não se limitassem a transmissão de conhecimentos, nem teve o cuidado de fazer com que os alunos fossem capazes de encontrar suas próprias respostas, a partir de um instrumento metodológico, ultrapassando sua visão de senso comum e chegando a um conhecimento científico.

É interessante observar que, de acordo com Meucci (2000), o Ensino da Sociologia nos primeiros manuais apresentavam um esforço dos elaborados para discutir sobre a Cientificidade desta disciplina, mesmo que também discutisse sobre os valores morais e cívicos. Depois Sarandy (2004), argumenta que o Ensino da Sociologia nos livros, tinham uma ênfase conceitual se fundamentando em uma Sociologia que possibilitava o exercício da cidadania.

A partir dos resultados obtidos, através dos quatro livros analisados: Sociologia para o Ensino Médio de Nelson Dacio Tomazi; Tempos Modernos, Tempos de Sociologia de Helena Bomeny e Bianca Freire-Medeiros; Sociologia para o Ensino Médio de José Rodorval Ramalho Sociologia para o Ensino Médio: Introdução à uma Ciência da Sociedade de Cristina Costa chegou-se a implicação de que, a maioria destes livros mostram a Sociologia como promoção da Cidadania, ou seja, abordam mais a questão de cidadania do que a pesquisa, sendo que dos livros analisados apenas o manual que apresenta uma discussão mais fundamentada para o Ensino de uma Sociologia Científica é o livro de Cristina Costa.

Podemos perceber isso, na discussão de algumas unidades deste livro, por exemplo, na Unidade “A Sociologia Pré-Científica”, notamos o cuidado de ilustrar o surgimento da Sociologia enquanto Ciência, bem como, tem a preocupação de mostrar que a Sociologia tem um Método Científico. Contudo, os demais livros, embora, tratem do Surgimento da Sociologia, não debatem de maneira satisfatória sobre sua Cientificidade.

Outra Unidade que mostra o Ensino da Sociologia Científica é a Unidade a respeito da Sociologia Clássica, em que aborda o Objeto e Método da Sociologia de Émile Durkheim, Max Weber e Karl Marx. O capítulo traz a tona como os Clássicos puderam realizar seus estudos a respeito da Sociedade, através dos Métodos Científicos. O livro traz ainda uma

unidade sobre os Métodos e Técnicas de Pesquisa, em que discute sobre o amplo Universo das Técnicas de Pesquisa, estimulando os estudantes a esta “prazerosa” Investigação Científica.

O manual de Ramalho (2012) também elucida um capítulo sobre os Métodos e Técnicas de Pesquisa em Sociologia, contudo, os capítulos deste livro são resumidos, pois são pensados para a brevidade da carga horária da disciplina e devido a isso não debate de maneira satisfatória sobre esta temática.

Nesta perspectiva, como já foi mencionado anteriormente, a seleção dos livros didáticos pode estar atrelada aos interesses mercantis, políticos e ideológicos e isso afasta a Sociologia de sua origem científica. Nesse sentido, a partir de Bernstein, notamos que a disciplina pode ser recontextualizada pelo Estado e por pedagogos e pesquisadores das Escolas, Universidades e também das fundações privadas de Investigação Educacional.

Assim, os conteúdos presentes nos livros são escolhidos nos campos pedagógicos da contextualização e da recontextualização. Bernstein (1996) ressalta que o Sistema Educacional e, sobretudo, o Estado recontextualiza as teorias, os conteúdos, que os educandos irão estudar. Como exemplo, pode-se salientar, o processo de escolha dos livros o PNLD que seleciona os manuais, com os conteúdos que os alunos deverão estudar na Escola e assim, ocasiona um controle simbólico da sociedade.

Com efeito, no campo pedagógico da contextualização e recontextualização, muitos conteúdos são excluídos, como ocorreu com os livros que foram aprovados no PNLD que descuraram o debate sobre a Pesquisa em Ciências Sociais, o que pode dificultar o interesse dos alunos pela pesquisa no Ensino Médio. Com efeito, isso poderá provocar alguns problemas, por exemplo, os estudantes ao ingressarem em uma Universidade, não terão o domínio sobre a realização de pesquisas e trabalhos científicos, além de não terem o desenvolvimento da criticidade.

Portanto, a pesquisa carrega uma grande bagagem que contribui de modo expressivo no processo de aprendizagem, na compreensão da vida em Sociedade, no racionalismo crítico, na formulação de novas respostas, e no conhecimento a partir da busca. Ademais, isso nos leva a questionar até mesmo que cidadania busca-se promover, já que a formação de um sujeito autônomo dá-se, sobretudo, pelo questionamento e investigação dos problemas sociais.

De tal maneira, como já foi mencionado anteriormente, nesta monografia buscamos identificar se há nos livros didáticos de Sociologia uma discussão sobre os métodos e técnicas de Pesquisa em Ciências Sociais, isto é, se os livros apresentam uma preponderância para um Ensino da Sociologia Científica, bem como, procuramos compreender como a Sociologia é recontextualizado nos livros didáticos. Contudo nos restringimos aos manuais, visto os limites a uma monografia, mas sabemos que seria bastante pertinente pesquisarmos numa pós-graduação os departamentos do Estado responsável pela adoção e distribuição destas obras, como também investigarmos a maneira como os professores trabalham com os livros didáticos dentro da sala de aula.

REFERÊNCIAS

- BOMENY, Helena; MEDEIROS, Bianca Freires **Tempos Modernos, Tempos de Sociologia**. São Paulo: Editora do Brasil, 2010.
- BERNSTEIN. Brasil. **Pedagogía, control simbólico e identidade**. Editora Mofata. 1996.
- BEZERRA. Holien Gonçalves; LUCA Tânia Regina de. Em busca da qualidade –PNLD História 1996-2004. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Livros Didáticos de História e Geografia: Avaliação e Pesquisa**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2006.
- BRASIL, 2011. **Guia de livros didáticos: PNLD 2012: Sociologia**. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica.
- BRASIL, 2000. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Ministério da Educação.
- BRASIL, 2006. **Orientações Curriculares Nacionais para o Ensino Médio**. Ministério da Educação.
- BRASIL, 2000. **Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio**: Brasília. Ministérios da Educação.

CASSIANO, Célia Cristina de Figueiredo. História do Programa Nacional do Livro Didático –PNLD (1985-2007). In:____ **O Mercado do Livro Didático no Brasil: Da Criação do Programa Nacional do Livro Didático(PNLD) à entrada do capital internacional espanhol.** São Paulo, 2007. Disponível em: <www.sapientia.pucsp.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=5304.> Acesso em 12 Nov.2014.

COSTA, Maria Cristina Castilho. **Sociologia: Introdução à ciência da sociedade.** 3º Ed. São Paulo. Mocerna, 2005.

DEMO, Pedro. **Pesquisa: princípio científico e educativo.** 13ª ed. São Paulo: Cortez 2009.

DIAS, Viviane Gonzalez. **Pesquisa e Ensino de Sociologia no Ensino Médio: desafios e possibilidades.** Rio de Janeiro: Papers, 2012.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários a prática educativa.** 23 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

FREITAG,B.A. **Política social e a educação.** Em Aberto, Brasília, MEC/INEP, set.1985 5b.

FREITAG, B.; MOTTA, V.R.; COSTA,V.F. **O livro didático em questão.** São Paulo: Cortez, 1989.

FRAGA, Alexandre Barbosa & LAGE, Giselle Carino. **Tornando os alunos pesquisadores: o recurso da pesquisa nas aulas de Sociologia.** Rio de Janeiro: Papers, 2012.

GADOTTI, M. **Convite à leitura de Paulo Freire.** São Paulo:Scipione,1989.

LEITE, Miriam Soares. **Recontextualização e transposição didática-Introdução à leitura de Brasil Bernstein.** São Paulo: Junqueira & Miriam, 2007.

LIMA, Natália de Oliveira de. **O Livro Didático de Sociologia no Ensino Médio: Uma Análise na Perspectiva da “Colonialidade do Saber.** Florianópolis, 2013.

LYOTARD, Jean François. **A condição pós-moderna.** Lisboa.1989.

LOWI, Theodor. “American Business, Public Policy, Case Studies and Political Theory”, World Politics, 1964 In: **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45.

MANTOVANI Katia Paulilo. **O programa Nacional do Livro Didático- PNLD Impactos na qualidade do ensino público.** São Paulo, 2009. Disponível em: <www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-24112009-152212/> Acesso em: 10 Dez.2014,16:00.

MELLO, Diogo Lordello de. Descentralização, papel dos governos locais no processo de desenvolvimento nacional e recursos financeiros necessários para que os governos locais possam cumprir seu papel. **Revista de Administração Pública.** Rio de Janeiro, v. 25, n. 4, p. 199-217, out./dez. 1991.

MEUCCI, Simone. **A institucionalização da sociologia no Brasil: Os primeiros manuais e cursos.** Campinas – SP: 2000.

OLIVEIRA, João Batista Araújo, GUIMARÃES, Sonia Pinto Dantas, BOMÉNY, Helena Maria Bousquet. 1984. **A política do livro didático** 2ª edição. Campinas/ São Paulo: UNICAMP/Summus.

RAMALHO, José Rodorval. **Sociologia para o Ensino Médio.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

REZENDE, F. C. **Por Que Falham as Reformas Administrativas?** Rio de Janeiro. Editora FGV. 2004.

SANRANDY, Flávio Marcos Silva. **A sociologia volta à escola: um estudo dos manuais de sociologia para o ensino médio no Brasil,** Rio de Janeiro, setembro de 2004.

SANTOS, Cibele Mendes Curto dos. **Livro Didático e Escolhas do Professor: Descobertas e Relações.** Curitiba, 2007. Disponível em: <www.ppge.ufpr.br/teses/M07_curtosantos.pdf> Acesso em 12 jan.2014.

SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos.** São Paulo: Cengage Learning, 2010.

SILVA, Ileizi Luciana Fiorelli. **Das Fronteiras Entre Ciência E Educação Escolar As Configurações Do Ensino das Ciências Sociais/Sociologia no Estado do Paraná (1970-2002).** São Paulo, 2006.

SILVA, Ileizi F. **O Ensino das Ciências Sociais/Sociologia no Brasil: histórico e perspectivas.** In: MORAES, Amaury Cesar de (Org.). **Coleção Explorando o Ensino de Sociologia.** Brasília: MEC, 2010.

SOUZA, Celina. Estado da Arte da Pesquisa em Políticas Públicas. In: HOCHMAN,G.; ARRETCHE, M.; MARQUES, E. (Org). **Políticas Públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007.p. 65-86.

TOMAZI, Nelson Dacio. **Sociologia para o Ensino Médio**. São Paulo: Atual Editora, 2007.